



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 124/125/126 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 124

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	10
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães.....	11
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	12
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)....	13/34
1ª Discussão	16
2ª Discussão	22
Redação Final.....	27
Requerimentos.....	35
Encerramento da Sessão Ordinária.....	36
Publicações:	
Comissão Executiva:	
Atos	36
Atas de Comissão	
Redação	37
Finanças.....	38

DIÁRIO Nº 125

Mesa Executiva.....	40
Presenças.....	40
Abertura da Sessão	40
Expediente:	
Mensagens	40
Requerimentos.....	46
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	47
Discussão / Votação	
3ª Discussão	47
2ª Discussão	48
Requerimentos	48
Encerramento da Sessão Ordinária	48
Publicações:	
Atas de Comissão	
Finanças	49

DIÁRIO Nº 126

Mesa Executiva.....	51
Presenças.....	51
Abertura da Sessão	51
Expediente:	
Requerimentos	51
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	52
2ª Discussão	52
Requerimentos	53
Encerramento da Sessão.....	53

DIÁRIO 124**118ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE NOVEMBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, André Vargas, Elza Correia, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi e Mauro Moraes (06). E em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Rafael Greca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob os nºs CTL/CC 197, 198 e 202/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando, para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 255, 479 e 308/2005.

Sob os nºs CTL/CC 200 e 201/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

244/2005: de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.888. **Anote-se. Arquite-se.**

367/2005: de autoria do Poder Executivo, que institui entidade autárquica, vinculada à Sema, denominada Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.889. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 199/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 672/2005, de minha autoria, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3540

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, do pedido de votação, em regime de urgência, ao Projeto de Lei nº 581/2003.

Tal projeto foi retirado por dez Sessões quando estava para ser votado em 2ª Discussão.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3505-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada por cinco Sessões, do item 06, discussão do Projeto de Lei nº 332/2004, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 3528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada por cinco Sessões, do item 01, discussão do Projeto de Lei nº 384/2004, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, autorização para se ausentar do plenário e participar do 4º Encontro do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, na condição de delegado, conforme convocação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu), a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que o Projeto de Lei nº 528/96, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Anibal Khury, seja encaminhado para a sanção governamental.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Anibal Khury, foi dado entrada na Comissão de Constituição e Justiça no dia 27/11/96 e o parecer favorável no dia 15/04/97, passando a ser apreciado pelo Plenário e aprovado em 1ª, 2ª discussão e redação final, e até a presente data não foi enviado para a sanção governamental.

REQUERIMENTO Nº 3516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja destinado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 23 de novembro, para manifestação dos participantes do I Encontro Regional Sul da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER autorização para a realização do Seminário Nepotismo e a Moralidade na Administração, a ser realizado no dia 25/11/2005, no Centro de Eventos do Hotel Inter Palace, na rua XV de Novembro, 950 - Centro - Curitiba-PR, no horário das 8h30 às 18h.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3527-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja alterado o número de membros da CPI da Arbitragem e que seja composta por 07 (sete) membros.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o destaque para a votação em bloco das

emendas de autoria da Bancada do PMDB, ao Projeto de Lei nº 562/2005, item 03 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco às emendas nºs 02, 05, 06 e 07 do Projeto de Lei nº 562/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco às emendas nºs 01, 04, 05 e 06 do Projeto de Lei nº 563/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco às emendas nºs 01, 03 e 04 do Projeto de Lei nº 562/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco às emendas nºs 02 e 03 do Projeto de Lei nº 563/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar à família da Sra. Marta Dequecher, de 79 anos, no último dia 01 deste mês, na cidade de Cornélio Procopio.

A falecida era tia do Prefeito Municipal de Cornélio Procopio, Amin José Hannouche. Os votos de profundo pesar são extensivos ao irmão Paulo e às irmãs:

Amélia (mãe do Prefeito), Olinda, Nina e Sara, e aos sobrinhos: Calil, Nazil, Amin, Sara e Adir.

À família enlutada as mais sinceras condolências.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3508

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Arcilda Dickel, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3509

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio Coldibelli, aos 50 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3510

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do menino João Alfredo Muller, aos 10 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido e amado. Conseguiu no pouco tempo de vida cativar e deixar muitas saudades em todas as pessoas que o conheciam, principalmente nos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifesta-

ções de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3511

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Kubis, aos 70 anos de idade, no município de Colombo-PR.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3512

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Claudete Pilar Berti, aos 48 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3515

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leonardo Tomczak, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3548

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Borghetti, aos 54 anos de idade, ocorrido em 09 de novembro do corrente. Irmão da Deputada Cida Borghetti.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção de votos de pesar à família da Deputada Cida Borghetti, pelo falecimento de seu irmão Luiz Carlos Borghetti, nesta data, em Curitiba.

Luiz Carlos Borghetti padeceu de uma doença maligna por muito tempo, tendo recebido tratamento especializado em vários centros avançados da Medicina.

Hoje, não resistindo veio a falecer deixando enlutada a família Borghetti, liderada pela Deputada Cida Borghetti.

Ficam registradas as nossas condolências e os mais profundos votos de pesar à nobre Parlamentar, nossa companheira de representação da Cidade Canção.

Nester termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de votos de congratulações ao município de Uniflor, pela comemoração dos 44 anos de sua criação, no próximo dia 15 do corrente mês.

Através dos poderes Legislativo e Executivo do Município, cumprimentamos toda a sua população pela grata efeméride.

O município de Uniflor foi criado através da Lei Estadual nº 4.338 de 25 de janeiro de 1959, e instalado em 15 de dezembro de 1961, tendo sido desmembrado de Nova Esperança.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de votos de congratulações ao município de Paçandu, pela comemoração dos 45anos de sua criação, no próximo dia 19 do corrente mês. Através dos poderes Legislativo e Executivo do Município, cumprimentamos toda a sua população pela grata efeméride.

O município de Paçandu foi criado através da Lei Estadual nº 4245, de 25.07.60, e instalado em 19 de novembro de 1960, tendo sido desmembrado de Maringá.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de votos de congratulações ao município de Ivatuba, pela comemoração dos 44 anos de sua criação, no próximo dia 18 do corrente mês. Através dos poderes Legislativo e Executivo do Município, cumprimentamos toda a sua população pela grata efeméride.

O município de Ivatuba foi criado através da Lei Estadual nº 4245 de 25 de julho de 1960, e instalado em 18 de novembro de 1961, tendo sido desmembrado de Maringá.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de votos de congratulações ao município de Floresta, pela comemoração dos 44 anos de sua criação, no próximo dia 18 do corrente mês. Através dos poderes Legislativo e Executivo do Município, cumprimentamos toda a sua população pela grata efeméride.

O município de Floresta foi criado através da Lei Estadual nº 4245 de 25 de julho de 1960, e instalado em 18 de novembro de 1961, tendo sido desmembrado de Maringá.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de votos de congratulações ao município de Marialva, pela comemoração dos 53 anos de sua criação, no próximo dia 15 do corrente mês. Através dos poderes Legislativo e

Executivo do Município, cumprimentamos toda a sua população pela grata efeméride.

O município de Marialva foi criado através da Lei Estadual nº 790 de 15 de novembro de 1951, e instalado em 14 de dezembro de 1952, tendo sido desmembrado de Mandaguari.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Jaguapitã voto de congratulações pelo seu 58º aniversário, comemorado no dia 07 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito Luiz Carlos Trapp e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Adail Golfeto, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Bandeirantes voto de congratulações pelo seu 67º aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito José Fernandes da Silva e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Fernandes da Silva Júnior, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Florestópolis voto de congratulações pelo seu 54º aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito Nelson Gonçalves Correia e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Márcio Francisco de Souza, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Santa Amélia voto de congratulações pelo

seu 54º aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito Roderjan Luiz Inforzato e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Aparecido de Alcântara, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de São Sebastião da Amoreira voto de congratulações pelo seu 54º aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito Jorge Takasumi e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vanderley Zacarias Ferreira, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Santa Cecília do Pavão voto de congratulações pelo seu 45º aniversário, a ser comemorado no dia 22 de novembro, e que, do presente se dê ciência ao Prefeito Edimar Aparecido Pereira dos Santos e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Cláudio Covre, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao professor Fábio Roberto de Souza Cortez, corpo docente e funcionários, pelos seus relevantes serviços prestados à educação paranaense.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Rafael Nassif (educador Goiaba) - Kauande Capoeira, pelo excelente trabalho de difundir a prática da arte e da cultura popular à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra de esportes coberta no Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, do município de Rami-lândia.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, do município de Rami-lândia, com mais de mil alunos, necessita com brevidade da construção de uma quadra de esportes coberta, antiga reivindicação daquela comunidade escolar formulada pela direção do estabelecimento, através do Vereador Roberto Tosta, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, espaço também que poderá ser utilizado à realização de eventos.

REQUERIMENTO Nº 3501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Fundepar, solicitando máxima urgência no sentido de agilizar o pedido de reforma da quadra de esportes do Colégio Estadual Campina da Lagoa, protocolado sob o nº 8.269.578-8, tendo em vista que no dia 03/11 uma das paredes laterais da referida quadra de esportes foi totalmente destruída com fortes ventos e chuva.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3528-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando denúncias da professora Gisele Quimelli, da UPG referentes à redução de professores no quadro docente efetivo, solicitando a imediata realização de concurso público.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências às

denúncias encaminhadas pelo Sr. Luciano de Oliveira Nunes, solicitando abertura de uma CPI na Sanepar, para que as mesmas sejam esclarecidas.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Juiz de Direito do Foro de São José dos Pinhais, Dr. Ivo Facenda, solicitando nomeação de novo Interventor para administrar o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais.

Tal ato se faz necessário tendo em vista as dificuldades criadas pela atual situação que tem trazido sérios problemas e conseqüências graves à saúde da população local.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO 3520

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, REQUISITAR, o comparecimento nesta Casa de Leis, dos diretores do Sistema de Saúde da Sesa, Gilberto Martin e Carlos Manuel dos Santos; da Diretora da Central de Regulação de Leitos do Estado do Paraná, Sra. Maria de Fátima Santana; e, o Ilmo. Promotor de Justiça, Sr. Fuard Faraj, para prestarem esclarecimentos sobre a ampliação da rede de unidades de Terapia Intensiva no Estado do Paraná.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares bem e, por conseqüência, a inclusão da matéria em tala, nos Anais desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3507

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender aos pedidos dos comerciantes da Praça Tiradentes, Galeria Tobias de Macedo, Ruas Prefeito Moreira Garcez e Riachuelo - Centro, solicitando, com a máxima urgência, policiamento ostensivo nesses locais e proximidades. Os assaltos ocorrem diariamente e os comerciantes, moradores e a população em geral encontram-se apavorados.

A insegurança é total e a presença de policiais certamente inibirá a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3514

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender ao pedido da Sra. Terezinha Alves de Oliveira, residente à Travessa Grécia, município de Almirante Tamandaré, que solicita a conclusão da implantação da rede de iluminação pública da rua Costa Verde, no trecho compreendido entre o nº 188 até o final da rua Tabuleiro, município de Matinhos-PR.

São somente dois postes que não dispõem da referida rede.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone (041) 3698-2532.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 696/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Santuário Morro da Salete, localizado no município de Medianeira/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A região Oeste possui um importante potencial turístico, com uma beleza natural exuberante, uma boa infra-estrutura, terminais turísticos, praias artificiais, clubes, bases náuticas, festas comunitárias e religiosas, com inúmeras grutas e santuários, formando um roteiro alternativo de viagem aos moradores da tríplice fronteira e para visitantes de outras partes do Brasil e Exterior.

Com uma população estimada em torno de oitocentos mil habitantes, as prefeituras dos municípios lindeiros, a cada ano administram, ampliam e implementam novos serviços e espaços para potencializar a região como destino turístico preferido dos turistas do Mercosul.

No município de Medianeira, há muito tempo o Santuário do Morro da Salete tem sido prestigiado e visitado por romeiros e turistas de várias cidades, movimentando consideravelmente o comércio da cidade através da venda de artesanato e produtos coloniais, gerando emprego e renda aos municípios.

O Morro da Salete fica situado a sete quilômetros da cidade, no ponto culminante do Município com eleva-

ção de 548 metros, sendo possível avistar a cidade e grande parte do Lago de Itaipu.

No local está construído um santuário de Nossa Senhora da Salete, com imagem da Santa trazida de Santa Catarina em 1964, bem como a construção de um salão paroquial com espaço de lazer, com churrasqueiras, sanitários, mesas e bancos em espaço coberto, além de área gramada e bem arborizada.

A inclusão do Santuário do Morro da Salete no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo atrairá um grande público em curto espaço de tempo, beneficiando assim toda a população, bem como destacando ainda mais os potenciais turísticos da região Oeste do Paraná.

“O turismo como fenômeno humano, pode resgatar a perspectiva empreendedora de comunidade.”

PROJETO DE LEI Nº 697/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.
(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, é uma associação cuja finalidade é colaborar na integração entre escola e comunidade, prestando assistência aos alunos, professores e funcionários, buscando o aprimoramento do ensino através de atividades educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 698/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação de Desportos Aquáticos do Paraná - FDAP, com sede no município de Foz do Iguaçu e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.
(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Federação de Desportos Aquáticos do Paraná - FDAP, é uma sociedade civil de direito privado de caráter

exclusivamente desportivo, filiada à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos. Fundada em 22 de agosto de 1967, vem promovendo várias competições esportivas por todo o Brasil, como natação, saltos ornamentais, natação em águas abertas, etc.

A FDAP já foi declarada de utilidade pública no município de Cascavel, no ano de 2000, e neste momento conto com a colaboração dos nobres Pares para a declaração de utilidade pública da entidade no âmbito do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de iniciarmos os trabalhos da Sessão de hoje, no Horário do Pequeno Expediente, participo aos companheiros Deputados, do falecimento do Sr. Luiz Carlos Borghetti, irmão da nossa colega Deputada Cida Borghetti, que faleceu aos 52 anos.

O seu corpo está sendo velado no Cemitério Parque Iguaçu, capela 05, sendo o sepultamento ainda hoje, por volta das 17h30.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Estamos recebendo nesta tarde, no plenário da Assembléia, os alunos do Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa, do curso técnico em Secretariado, subsequente e integrado; as professoras Marinete, Joceli e Sandra, que foram alunas desse valoroso colégio e tantos outros homens públicos que contribuíram com o nosso Paraná. Nossa saudação e as boas-vindas aos alunos e professoras do Colégio Regente Feijó.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos dar, em nome deste Parlamento, as boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, serei breve, até em função do ocorrido com a Deputada Cida Borghetti.

Apenas quero fazer o registro, porque estão aqui também algumas pessoas ligadas à Apedec, alguns deficientes visuais que vieram em função do entendimento que havia, que votaríamos hoje, em 2ª Discussão, aquele projeto que prevê o transporte gratuito aos portadores de necessidades especiais e também às pessoas com tratamento continuado.

Segundo entendimento feito com o Líder do Governo, ontem, colocaremos essa votação na segunda-feira.

Então comunico às pessoas que vieram para acompanhar essa votação, que será votado na segunda-feira.

Faço, antecipadamente, um pedido ao Líder do Governo para que conversemos com o Governador Roberto Requião e com o Chefe da Casa Civil, que estará hoje aqui para entregar uma mensagem da Polícia Civil à Assembléia Legislativa. Acredito que, desta forma, enca-minharíamos para que na segunda-feira seja votado e aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar a V. Exa. e aos nossos visitantes que ontem, foi aprovado um requerimento do Líder do Governo, Deputado Dobrandino, solicitando a retirada por cinco sessões. Antecipadamente participei a V. Exa. que segunda-feira voltará à pauta e aí não será mais permitida a retirada do referido projeto.

Não temos mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O Grande Expediente estava reservado ao Deputado Antonio Anibelli, que abriu mão, porque teremos três sessões e temos também aqueles que gostariam de acompanhar o sepultamento do irmão da Deputada Cida Borghetti.

Horário das Lideranças:

No Horário da Liderança do PDT, Deputado Barbosa Neto também declina.

No Horário da Liderança do PFL, fará uso da palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Inicialmente faço uma saudação aos alunos de Regente Feijó, nossos companheiros e amigos, estudantes daquela escola e que prestigiam, em nome da cidade de Ponta Grossa, esta Sessão na Assembléia Legislativa do Paraná!

Jamais poderia, Sr. Presidente, ao retornar a esta tribuna, deixar de alertar ao Secretário dos Transportes a situação das rodovias dos Campos Gerais que não vão bem! Estive, dias atrás, no município de Tibagi, e lhe confesso que para fazer sessenta quilômetros, gastei quase duas horas.

Se eu não tivesse ido com uma caminhonete, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria difícil chegar com o veículo inteiro no município de Tibagi, pois tinham buracos e mais buracos. Uma coisa interessante, Deputado Scarpellini, é que durante o trajeto, existem várias placas: “Governo do Estado recuperando esta rodovia”. Que tristeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente a estrada acabou!

Para se ter uma idéia, Deputado Elio Rusch os moradores, quando querem ir a Tibagi, o caminho pru-

dente é ir de Ponta Grossa a Castro, de Castro até Tibagi. De Ponta Grossa a Castro é a rodovia do Anel de Integração, é uma rodovia pedagiada, uma rodovia em excelente estado. Claro que no meio do caminho tinha que ter uma praça de pedágio. Um pedágio caro, mas a rodovia em excelente estado. De Castro a Tibagi, que é uma rodovia estadual, o caos está criado. E os moradores do município vão até o Marabá, no Alto do Amparo, pela rodovia do Café e lá na frente pegam a rodovia Transbrasiliana para irem até Tibagi.

Deputado Elio Rusch, Srs. Deputados: essa rodovia Transbrasiliana é uma estrada de terra; o trecho entre Ventania até o Alto do Amparo que é pavimentado. E os moradores preferem ir para Tibagi pela estrada de terra, porque a antiga, pavimentada, acabou e o que restou foram placas que o Governo do Paraná estava recuperando aquela rodovia.

Agora, no último final de semana estive no Guaraji, participando da Festa do Colono. E o trecho entre Ponta Grossa e Guaraji está sendo destruído pelo tráfego e pela falta de manutenção. Buracos e mais buracos estão se formando naquela trecho. Infelizmente, não vemos uma ação concreta para que essas rodovias sejam conservadas e para que não tragam, em futuro próximo, um prejuízo grande.

E aí nós vamos um pouco adiante: o trecho de Ponta Grossa até Palmeira também está acabando, Deputado Elio Rusch, buracos e mais buracos, e placas que a rodovia está em recuperação, também está lá! Mas as obras, não.

Mais adiante, vou em Jaguariaíva, onde temos o companheiro do PFL, o João Gaúcho, que mora lá. Em Arapoti, onde periodicamente vamos, o trecho também está em estado lastimável de conservação.

Então, o que precisamos é de uma ação concreta para termos as estradas recuperadas de acordo com a propaganda colocada nos meios de comunicação. Ligamos a televisão, tem mais propaganda do Governo do Estado do que das Casas Bahia!

Espero que ainda reste tempo porque o Governo caminha para o último ano, temos um pouco mais de trezentos e oitenta dias do atual Governador, que está indo ao fim.

Espero poder, de acordo com as propagandas da televisão, ver essas estradas, todas elas, recuperadas.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte) (Assentimento)

Deputado Plauto, V. Exa. tem razão quando fala das rodovias dos Campos Gerais. Conversei ontem com o Secretário Waldyr Pugliesi e ele me informou que a rodovia Guaraji até Ponta Grossa está programada para acontecer o recape e o mesmo acontecendo com Tibagi, que já está com ordem de serviço.

Realmente está demorando mas, já está com ordem de serviço e a empresa está trabalhando; um pouco lenta,

mas está. Hoje pela manhã a Deputada Selma falava da Transbrasiliana, que vai fazer a ligação pelo Alto do Amparo. É uma rodovia importante! E quanto a Palmeira, também faz parte desse plano que vai entrar agora em execução.

Mas, o Governo já fez Itaiacoca, Cândido de Abreu... está fazendo aos poucos. Pode ter certeza, Deputado Plauto, que essas rodovias que V. Exa. reclama, estarão concluídas, se Deus quiser, no próximo ano.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço o seu aparte, Deputado Jocelito. O problema é que o Governo está acabando e as placas continuam lá, como se a rodovia estivesse realmente sendo recuperada. Tomara que se torne realidade, porque dentro dos Campos Gerais o que vemos são essas rodovias que o senhor citou, que estão dentro do programa do Governo mas que até agora nada aconteceu.

Com o aparte Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Ouçõ com muita atenção o seu pronunciamento. Tenho percorrido o Estado do Paraná, estive, há questão de três semanas no Sudoeste, e diversas rodovias estão em precárias condições.

Fiz desta tribuna, um pronunciamento na semana passada, quando relatei algumas rodovias do Oeste do Paraná, inclusive alguns Deputados falaram que as rodovias estavam boas e que o que eu estava falando não era verdadeiro. Por exemplo: Marechal Cândido Rondon a Guaíra é a pior estrada do Brasil, não existe estrada pior! E como se isso resolvesse, Deputado Plauto, o atual Governador encheu de placas mas diz o seguinte: "Rodovia Federal - BR 163". Isso me lembra o primeiro mandato do Governador Roberto Requião, de 90 a 94, quando ele fazia a mesma coisa: "Rodovia de responsabilidade do Governo Federal".

Ora, quem passa pelas rodovias não quer saber de quem é a rodovia! Agora V. Exa. vem à tribuna e diz que o Estado põe placas dizendo: "Rodovia sendo recuperadas pelo Estado do Paraná" e nem sequer máquinas trabalhando têm!

Pergunto aos Parlamentares: Onde é que estão os quatro mil quilômetros de rodovias que o Governo diz que está recuperando? No Oeste é que elas não estão, no Sudoeste também não. Será que não estão nos Campos Gerais? Também não estão conforme V. Exa. diz. Na região metropolitana também não. Onde estão as rodovias?

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, gostaria também de dar a minha contribuição. Encaminhamos um expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, já que o setor é o rodoviário, e o Deputado,

que é Secretário dos Transportes informou, por telefone, depois mandou uma correspondência dizendo que o trecho que eu havia reivindicado já estava licitado. É o trecho Jandaia, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Ponte do Rio Ivaí, na divisa com São João e Fênix. No entanto, não poderia iniciar aquela obra porque a ganhadora da licitação estava com as máquinas todas para fazer o trecho Nova Londrina - São José. Ora, se ela tem capacidade técnica para ganhar o trecho tem que ter as máquinas! - "Não está fazendo lá porque choveu..." - "Mas qual é o consórcio?"... - "O Triunfo/Petrobras que ganhou". A famosa Triunfo/Petrobras que nós estamos cansados de ouvir falar que era um consórcio sadio que tinha competência, que tinha todo acervo técnico e material para fazer a obra e não a inicia! E o trecho de Jandaia; a Ponte do Rio Ivaí está acabada e nenhuma providência de urgência é tomada! Tinha que se convocar o segundo colocado e dar a ordem de serviço a ele, na licitação. E assim estão as coisas no Paraná!

Era isso, Deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço o seu aparte e quero registrar e comunicar à Casa que estou encaminhando um requerimento à Mesa convocando os diretores da Secretaria da Saúde e o Promotor Fuad Faragi, que hoje pela manhã nos ligou dizendo que quer vir aqui para debater a questão as UTI's do município de Ponta Grossa.

Quer ter um debate franco, olho no olho, para esclarecer toda essa questão divulgada na imprensa estadual, que está se discutindo na cidade de Ponta Grossa e o número de mortes que está sendo mostrado, por falta de leitos de UTI, que é obrigação do Governo do Estado oferecer a todos os paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3504, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando

autorização para se ausentar do plenário e participar do IV Encontro do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, na condição de Delegado, conforme convocação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3505, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3499, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Delegado Bradock, Ângelo Vanhoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando transformação da Sessão Plenária do dia 09/11/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 670/2005, que autoriza o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Central Elétrica S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica localizado no Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, introduzindo alteração na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3528, de autoria do Deputado Alexandre Curi, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 384/2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 384/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Natálio Stica, o presente Substitutivo Geral visa alterar a redação e o dispositivo do Projeto de Lei nº 384/2004, do Deputado Reni Pereira.

Enquanto este amplia as hipóteses de isenção referidas no artigo 4º da Lei nº 13.976/2002, amparando as microempresas e as de pequeno porte, aquela apenas concede desconto mas através de regulamentação do Poder Executivo.

Da análise da proposta e por tratar de matéria da mesma natureza mas sob orientação diversa, somos pela manutenção do texto original do Projeto de Lei nº 384/2004 e a rejeição da proposta de Substitutivo Geral nos termos apresentados.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Carlos Simões, Hermes Fonseca, Delegado Bradock, Nelson Justus e José Maria Ferreira.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, fixando prazo de vida útil de veículos para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA APRESENTADA EM
PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 423/2005

P A R E C E R :

Trata-se de emenda aditiva apresentada pelo Deputado Dobrandino da Silva e outros em plenário, ao Projeto de Lei nº 423/2005, acrescentando artigo ao presente projeto de lei.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável à emenda aditiva ao projeto de lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto, Delegado Bradock e José Maria Ferreira.

As emendas não são conflitantes, é possível votá-las.

Em discussão, a emenda da CCJ.
Votação.

Aprovada.

Em discussão, a emenda de Plenário.
Votação.

Aprovada.

Em votação o projeto.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.**ITEM 03****VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, dispensando ou parcelando os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL À EMENDAS NºS 02, 03, 05, 06 E 07 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 01 E 04. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 562/2005
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, objetiva incluir parágrafo único no artigo 4º do Projeto de Lei nº 562/2005, com a seguinte redação:

Art. 4º ...

Parágrafo único. Os mutuários do Programa “Panela Cheia”, cuja dívida seja equivalente ao valor de até 03 (três) tratores, conforme especifica o referido programa, gozarão dos benefícios estabelecidos na lei.

Sobre esta emenda, entendemos que o projeto de lei em referência contempla não só os mutuários do programa “Panela Cheia”, mas todos os mutuários que se enquadrem até o limite do saldo devedor nominal ou recalculado igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), não havendo a necessidade da especificação proposta.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02**P A R E C E R :**

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação do artigo 3º e acrescentar-lhe parágrafo único, do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo a redação:

Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

§ 1º Para os mutuários signatários de contratos com apenas um bem, em situação de inadimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.

A propósito desta emenda, entendemos que a mesma altera a redação do *caput* do artigo 3º excluindo a

expressão “em situação de inadimplência”. Em sendo aprovada a emenda, estar-se-ia configurando uma incongruência com o artigo 2º, pois, o espírito do projeto de lei é abarcar os critérios para os contratos em situação de inadimplência previstos no artigo 2º e os contratos em situação de inadimplência.

Ainda, a mesma emenda acresce o parágrafo 1º ao artigo 3º, o que inviabiliza na prática a aplicação da lei, se aprovada, pois, estabelece critério subjetivo (avaliação do bem) e que pode gerar inúmeras interpretações, podendo ocasionar dificuldades de aprovação em eventual renegociação e até mesmo para a dispensa integral da dívida.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03**P A R E C E R :**

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 4º e 5º do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei aplicam-se a todos os mutuários independentemente do somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos.

Art. 5º Os mutuários cujos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar um valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), estará dispensado do pagamento da integralidade da sua dívida.

Sobre esta emenda, entendemos que alterando-se a redação proposta no artigo 4º, estendendo os benefícios no projeto de lei em comento para todos os mutuários, estar-se-ia confrontando com a própria justificativa, pois, a idéia central do projeto de lei consiste em:

- beneficiar pequenos e médios mutuários;
- priorizar a cobrança judicial dos grandes devedores;
- baixo impacto na carteira; e
- percentual elevado de mutuários atingidos.

Assim, ao se estender os benefícios para todos os devedores, o impacto no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE seria elevado, inviabilizando sua gestão, inclusive sob a ótica de se recuperar valores financeiros para o Estado do Paraná, bem como, estaria sujeita a questionamentos de ordem legal.

Ademais, grandes devedores que já foram beneficiados com a concessão de valores pelo FDE sem a incidência de juros e correção monetária poderiam usufruir das medidas propostas.

Com respeito à alteração do saldo devedor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) temos que o impacto seria elevado, e da mesma forma, prejudicaria o Estado do Paraná na recuperação de recursos financeiros.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo acrescentar inciso à redação do artigo 8º, do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 8º ...

V - para os parcelamentos de dívidas superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não será concedida dispensa progressiva do saldo devedor aplicando-se a correção prevista no artigo 11 desta lei.

Sobre esta emenda, entendemos que a mesma está em confronto com o que dispõe o artigo 4º do Projeto de Lei nº 562/2005, pois ali existe estipulação de que os benefícios da lei seriam aplicados somente para os mutuários cujo somatório de saldo devedor de seus contratos seja igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Ademais, muito embora a proposta de emenda afirme que a dispensa progressiva do saldo devedor não será concedida para os mutuários com dívidas superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ela não exclui a dispensa de 50% (cinquenta por cento) prevista no artigo 6º do projeto de lei, ou seja, os grandes devedores poderiam liquidar suas dívidas usufruindo do recálculo mais a benesse estabelecida no artigo anteriormente citado.

Em isso ocorrendo, o impacto seria drástico nos “Ativos” do Estado do Paraná, não sendo recomendável a emenda em tela, sob pena de questionamento de ordem legal por não se ter considerado o impacto elevado e negativo da medida.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação do artigo 10 e acrescentar-lhe parágrafo único ao Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos parceladamente, em tantas vezes quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

A propósito desta emenda entendemos que se trata de proposição viável e dessa forma nos manifestamos favoravelmente ao acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 06

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo acrescentar parágrafo único à redação do artigo 12, do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo.

Art. 12. ...

Parágrafo único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedades com até seis módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. O mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas 01 (um) bem.

Sobre esta emenda, entendemos que a inserção do parágrafo único do artigo 12, na prática surtirá pouco efeito, tendo em vista que grande parcela dos mutuários que estão na situação exposta proposta de emenda, enquadram-se entre aqueles que terão sua dívida dispensada integralmente.

Ademais, por se tratarem de operações financeiras, a boa prática recomenda que as operações estejam lastreadas em garantia, ainda mais em se tratando de operações de titularidade do Estado do Paraná.

Dessa forma, somos pelo acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 07

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria de Deputados da Bancada Aliada ao Governo, tem por objetivo alterar a redação do artigo 5º do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar, valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) estarão dispensados do pagamento da integralidade de sua dívida.

A propósito desta emenda entendemos que se trata de proposição viável e dessa forma nos manifestamos favoravelmente ao acolhimento da emenda em exame.

Diante do exposto, nos manifestamos favoravelmente às emendas de nºs 05 e 07, e contrários às emendas de nºs 01, 02, 03, 04 e 06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto e Delegado Bradock.

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, entre as emendas acatadas, V. Exa. poderia informar se alguma foi apresentada por este Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda de V. Exa. é a Emenda nº 01, e ela não foi aceita pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEIVO BERALDIN

Vejamos o que está se pretendendo fazer: liberar os devedores da Carteira de Fomento do Estado do Paraná daquelas dívidas oriundas do Banestado. É isso? Muito bem, entendo que na época o Estado teve um ônus bastante grande, em relação a esses empréstimos, sobretudo a repasse de tratores.

A minha emenda prevê que não sejam liberados de ação de cobrança aqueles que receberam menos de três tratores, porque o programa era para atender ao pequeno. E há empresas aí que receberam quinze tratores e não pagaram nenhum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esses não estão sendo beneficiados pelo projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Mas onde garante que eles não estão sendo beneficiados? Se está errado, tem que mudar. Se a redação está errada, tem que mudar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O relator foi o Deputado Carlos Simões.

Vamos suspender a Sessão por três minutos.

Pediria aos Líderes do Governo e da Oposição que viessem aqui.

Está reaberta a presente Sessão.

Fazendo a devida verificação, a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável às Emendas nºs 02, 05, 06 e 07 e contrário às Emendas nºs 01, 03 e 04.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Requeiro a Ata da Sessão da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro e mandarei entregar a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Em virtude deste equívoco há um erro na publicação. Seria importante votarmos emenda por emenda para que pudéssemos até esclarecer melhor a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a compreensão do Deputado Dobrandino, de invertermos a pauta para que eu possa fornecer a certidão da CCJ ao Deputado Neivo Beraldin, senão vou ter que suspender a CCJ da referida Ata.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vou requerer já a votação em bloco das Emendas nºs 02, 05, 06 e 07. Já encaminharei à Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aguardo o requerimento de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Se o Líder do Governo vai entrar com requerimento para votação em bloco, requeiro a V. Exa. que seja refeita a Ordem do Dia, porque não podemos votá-la com esse equívoco.

Não há condições, porque fizemos um amplo estudo das emendas e, se for para discutir emenda por emenda, requeiro, na forma da lei, que seja refeita Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Deputado Dobrandino se concorda com o apelo que fiz.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Estamos fazendo esse requerimento em função de que hoje teremos três Sessões e a maioria dos Deputados têm compromisso depois. Mas, não temos nenhuma objeção por votarmos uma a uma. Se for vontade dos Deputados, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas pergunto a V. Exa.: podemos deixar os itens 03 e 04 para serem incluídos no final da votação?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, será hoje. É a inversão da Ordem, só porque mandei buscar a cópia da Ata e tenho que aguardar, não posso dar continuidade à Sessão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Perfeito, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a concordância de todos os Srs. Deputados, fazemos a inversão da Ordem do Dia.

1ª Discussão

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comuni-

dade de Colônia Nova Santa Luzia, com sede no município de Mangueirinha. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2005, de 25.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 08)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 657/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Nova Santa Luzia, com sede no município de Mangueirinha, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Provopar Municipal - Programa do Voluntariado Paranaense de Porecatu, com sede e foro na cidade de Porecatu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 25)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 642/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal - Programa do Voluntariado Paranaense de Porecatu, com sede e foro na cidade de Porecatu.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando a Lei nº 14114, de 17.09.2003, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APM, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 25)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 641/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objeto alterar a denominação Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APM, incluindo nesta Associação os funcionários da mesma, já legalmente declarada de Utilidade Pública.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a Associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da Associação.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudança de denominação da Associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal nº 10406/2002 - Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos componentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue a fim desta.

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 641/2005 encontra correta aplicação da técnica legislativa. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 639/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, introduzindo dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e a aplicação das quotas de produtividade devidas aos auditores fiscais da Coordenação da

Receita do Estado, prevista na Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 28).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 639/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão visa trazer ao ordenamento jurídico, o devido esclarecimento do universo de abrangência da Lei Complementar nº 92 de 2002, para que possa ser interpretada em sua real pretensão, pelas autoridades administrativas, tal qual foi a vontade do legislativo ao aprovar a supramencionada lei complementar, quando estabeleceu no artigo 56 da lei:

Art. 56. os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do Auditor Fiscal em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos Auditores Fiscais em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou classe em que se deu a aposentadoria ou que enviou de referência para a concessão da pensão.

Há que se observar que o prêmio de produtividade é a parte da remuneração do auditor fiscal (artigo 64, da Lei Complementar nº 92/2002) e por isso integra os proventos de aposentadoria.

Na mesma esteira, quando o artigo 66 estabelece a forma de concessão, não está a excluir ninguém, muito pelo contrário, estabelece que as quotas existentes serão devidas a todos os auditores fiscais.

Há ainda, que ser observado, o disposto no parágrafo 8º, do artigo 35 da Constituição Estadual, e, ainda, a Emenda Constitucional nº 47, de 06 de julho de 2005.

Legitimidade

Os princípios gerais da Administração Pública, estabelecidos na Constituição do Estado, visam senão as melhores condições para o desenvolvimento da atuação estatal, da atividade econômica, e das atividades pertinentes ao Estado, senão vejamos:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (grifos nossos)

Conforme reza a Constituição Estadual supracitada, o Estado tem a prerrogativa de regular a lei complementar que, nesse caso, veio como norma geral, com quórum qualificado, deixando essa interpretação a cargo da legislação ordinária.

Nesse sentido, o projeto encontra-se em plenitude com o entendimento constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa da Lei Complementar nº 95/98.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que meu parecer é favorável à sua regular tramitação e posterior aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DRUVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 639/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva introduzir dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e aplicação das quotas de produtividade devida aos auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que no projeto em tela, este relator não encontrou nenhum impedimento quanto à normal tramitação do presente projeto de lei.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao plenário para a decisão finalística da presente proposta contida no Projeto de Lei Complementar nº 639/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no âmbito do Estado do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 107/2005, de 04/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 612/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no âmbito do Estado do Paraná.

O projeto ora analisado não encontra vício no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade.

Opina-se, pois, pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre questões relativas à administração tributária do ICMS e dá outras providências. (Programa: Bom Emprego; Paraná Mais Emprego; e, de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2005, de 03/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 608/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Durval Amaral visa regulamentar questões relativas à administração tributária do ICMS no Estado do Paraná.

Legitimidade

Os princípios gerais da ordem econômica, estabelecidos na Constituição do Estado, visam senão as melhores condições para o desenvolvimento da atividade comercial da atividade econômica geradora de empregos, em especial daquelas de médio e pequeno porte, senão vejamos:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 141. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao

incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da lei.

Parágrafo único. O Poder Público estimulará a atividade artesanal.

Conforme reza a Constituição Estadual supracitada, o Estado tem a prerrogativa de regular a cobrança do ICMS enquanto tributo estadual, bem como sua regulamentação na forma que entender necessário.

Nesse sentido, o projeto encontra-se em plenitude com o entendimento constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa (Lei Complementar nº 95/98), e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DRUVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 608/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Durval Amaral, que objetiva dispor sobre questões relativas à administração tributária do ICMS e dá outras providências. (Programa: Bom Emprego; Paraná Mais Emprego; e, de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar).

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que no projeto em tela, objetiva dar solução a questões surgidas em decorrência do cancelamento de benefícios fiscais no âmbito do ICMS, por variadas razões, de empresas industriais que realizaram investimentos no Estado.

Sendo assim, este relator não encontrou nenhum impedimento quanto à normal tramitação do presente projeto de lei.

É o nosso parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário à decisão finalística da presente matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cleide Borges Reis - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2005, de 12/09/2005, em Projeto de Lei, pag. 15).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 542/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cleide Borges Reis - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã-PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Antonio Lacerda Braga - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2005, de 06/09/2005, em Projeto de Lei, pag. 04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 539/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Antonio Lacerda Braga - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã-PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 087/2005, de 24.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 503/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer.

Em sua justificativa, o nobre Deputado relata a importância do Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer, um cidadão que em muito contribuiu para o progresso do Estado, como empresário, como rotariano, e como cidadão, justificando a merecida homenagem.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13.115/2001 que, em seu artigo 1º, inciso I, determina que:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

Já o artigo 2º do caput estabelece:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo título de cidadão honorário ou cidadão benemérito no Estado do Paraná.

O nobre Deputado preenche tal requisito, tendo inclusive anexado autorização da Liderança de seu Partido, para a inclusão em sua quota partidária.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbice de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O Deputado autor do projeto se encontra presente?

(Pausa)

Solicito, então ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para votação secreta da concessão do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Jacob Alfredo Kaefer.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta e dois votantes, Srs. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido os Deputados: Luiz Carlos Martins e Neivo Beraldin para que façam o escrutínio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente, a votação: 41 SIM e 01 em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovado** em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 503/2005, do Deputado Geraldo Cartário.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando o artigo 6º, da Lei nº 8.264, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2005, de 15.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 17).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 391/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei especifica casos que autorizam o cancelamento de pensão decorrente de incapacidade definitiva de pessoas portadora de hanseníase e dispõe quanto à redução de benefício.

Legitimidade:

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria se encontra definida na Constituição Estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Ante o exposto, pode-se constar que está autorizada a Assembléia a legislar sobre a matéria, não havendo óbice quanto à iniciativa legislativa.

Constitucionalidade:

O projeto de lei não apresenta óbice quanto à sua iniciativa legislativa e tampouco em relação ao seu mérito além de se encontrar em conformidade com a boa técnica legislativa.

Ante o exposto, somos de parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 391/2005.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 391/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 391/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, altera o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

A Lei nº 8246, de 13 de janeiro de 1986 concede pensão mensal no valor de um salário-mínimo aos portadores de hanseníase. O projeto visa a modificação do artigo 6º, que trata das hipóteses de cancelamento do benefício. Atualmente, se o doente for amparado, pela Previdência Social ele perde o benefício concedido pelo Estado, o que o projeto propõe é que ele continue recebendo.

Não é possível se estabelecer com precisão o impacto orçamentário da proposta, vez que não é possível prever quais os beneficiários que no futuro estarão albergados pela Previdência Social, assim, como o projeto não amplia as hipóteses de concessão do benefício, mas propõe a manutenção do benefício já concedido pelo Estado, custo este já previsto no Orçamento, entendemos que o projeto pode tramitar por esta Casa de Leis.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 391/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Alexandre Curi, apresenta proposição revogando o inciso II do artigo 6º, da Lei nº 8.246/1986.

Da Fundamentação

É a proposição, além de humana, sensível aos anseios e necessidades dos futuros beneficiados pela nova lei.

Da Conclusão

A Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Integração da Criança e do Adolescente, com sede e foro no município de Bandeirantes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 059/2004, de 23.06.2004, em Projetos de Lei, pag. 06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 252/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Integração da Criança e do Adolescente, com sede e foro no município de Bandeirantes-PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

2ª Discussão

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para participar ao Deputado Durval Amaral que há uma emenda da CCJ que vai ser votada antes do projeto.

Pode se votar a emenda antes?

(**Assentimento**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Ipirorã, o Vereador Valdir Paduano, que se encontra nas galerias.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao nosso ilustre Presidente da Câmara.

Em discussão a emenda. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em discussão o projeto...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Por delegação do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, quero fazer o encaminhamento e, inicialmente, dizer que a Oposição votará favoravelmente ao projeto de lei apresentado pelo nosso ilustre Presidente Deputado Hermas Brandão. Até porque entendemos que o Paraná não pode prescindir de um investimento na ordem de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

Efetivamente, a construção de três novas usinas hidrelétricas no Estado do Paraná, se a Copel sagrar-se vencedora nessas licitações promovidas pela Aneel, injetarão recursos substanciais na economia do Estado.

Entretanto, a Oposição tem que registrar, por dever de ofício, nobre Deputado Dobrandino, as incoerências deste Governo. Por que as incoerências deste Governo? Em novembro/dezembro de 2003, a Copel - então presidida pelo ex-Governador, querido por todos nós, Dr. Paulo Pimentel -, veio a esta Casa, muito especificamente no salão nobre da Assembleia Legislativa, e salvo engano tratando do Consórcio Galha Azul, do Consórcio Uirapuru e do Consórcio Artemes.

Advertido, salvo engano e salvo falha de memória pelo Deputado Neivo Beraldin e outros mais, e eu inclusive estava lá, sobre a inconveniência de formatar um consórcio com a Artemes, com a Uirapuru, com empresários em empresas inidôneas. Resolvemos excetuar a formação desse consórcio Galha Azul que era composto com a Eletrosul. O que aconteceu?

Nós autorizamos, registramos a nossa indignação, Deputado Valdir Rossoni, porque o governo, num primeiro momento, expurgava todas as parcerias da Copel. Dizia que todas as parcerias eram satânicas, lesivas à Copel, mas menos de um ano após a posse, tinha a necessidade de formar parcerias com a iniciativa privada. Nós excetuamos, votamos o consórcio Galha Azul com a Eletrosul e pasmem os senhores o que aconteceu: pas-

sado mais de um ano que o consórcio estava formatado com a Eletrosul, segundo informações obtidas no site da Gazeta do Povo, informações oficiais inclusive que tenho da Agência Nacional de Energia Elétrica, o Consórcio Gralha Azul, para a transmissão de energia elétrica da Cascavel a Foz do Iguaçu, foi inabilitado, Sr. Presidente. Por quê? Por pura incompetência da Cia. Paraense de Energia Elétrica.

Quero dizer, não pela incompetência da Copel, porque tem técnicos muito qualificados, por incompetência da sua diretoria, porque participou do leilão, ganhou a licitação e depois não conseguiu, Deputado Dobrandino, provar a idoneidade administrativa, financeira dos seus diretores. Era caso de o governador Roberto Requião exonerar imediatamente os diretores que tiveram a coragem de vir à Assembléia Legislativa convencer o Parlamento da necessidade da formação do Consórcio Gralha Azul. E nós autorizamos.

Mas infelizmente um desses diretores sequer preenche as condições para gerir uma empresa privada, com restrições seriíssimas junto ao sistema financeiro ou à Receita Federal, e aí a diretoria da Aneel disse que esse cidadão não poderia participar de uma sociedade com fins específicos.

Qual foi o prejuízo causado ao Estado do Paraná e à Copel? Pura incompetência. Jamais na história do Paraná a Copel foi desclassificada por inidoneidade de um de seus diretores, de uma concorrência pública.

Pois bem, senhores: novamente a Copel precisa e o nobre Deputado Hermas Brandão patrocina um projeto para que a Copel formate um novo consórcio e participe de uma concorrência. Eu dizia agora há pouco: o Governo descobre a roda depois que já rodou três anos. Porque o Governo está redescobrimo, Deputado Nelson Justus, que não é possível a Copel, uma empresa ativa, estar no mercado sem a participação da iniciativa privada.

Aquilo que tanto o Governo expurgou, satanizou, agora diz: eu preciso da iniciativa privada. Só que diz, assina e passa o recibo porque nas exposições elaboradas pela própria Copel diz: é um investimento de um bilhão e duzentos milhões de reais e a Copel não tem capacidade de endividamento, para compor esse consórcio ou para gerir sozinha esse consórcio.

Quero fazer um alerta: daqui a pouco a Copel e o Governo vão ter que mandar um projeto de lei à Assembléia Legislativa, pedindo autorização para que ela possa ser minoritária nesse projeto. Estamos aprovando a participação majoritária da Copel. Mas todos sabemos que ninguém no Brasil vai construir três usinas hidrelétricas, sem buscar recursos do BNDES.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

V. Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Darei na sequência, nobre Deputado Marcos Isfer, logo após o aparte do Deputado Tadeu Veneri.

Há uma resolução do BNDES que proíbe empréstimos para empresas públicas. É lógico, Deputado Elio Rusch, que para constituir, executar três grandes empresas como essa, a Copel, na sequência, precisará ser minoritária, a Eletrosul terá que ser minoritária. Parece que em três anos o governo ainda não descobriu isso ou tem vergonha de admitir a sua própria incapacidade ou incompetência.

Nobre Deputado Valdir Rossoni, fico me perguntando: claro que não há o que discutir, nobre Deputado Hermas Brandão; é importante e a Assembléia tem que autorizar. Os investimentos são necessários. A Copel vai construir essas usinas, primeiro, constituindo um consórcio com a Eletrosul e depois já está implícito uma autorização para buscar apoio ou participação da iniciativa privada. A iniciativa privada vai buscar recurso do BNDES. As obras não vão acontecer efetivamente se não conseguir alavancar esse recurso, que precisará ser financiado certamente pelo BNDES.

Não adianta darmos essa autorização se o Governo tiver a mesma incompetência de colocar nessa sociedade, com fins específicos, diretores que não consigam a sua documentação fiscal, para provar a sua capacidade. São erros tão primários que este Governo comete, que ficamos assim, meu ilustre Presidente: autorizamos sabendo que o Governo pode, pela sua própria incompetência, não lograr êxito. É claro que buscando a participação da iniciativa privada, talvez mais eficiente e competente, poderá salvar a participação nessas três usinas hidrelétricas.

Faço questão de registrar que a Oposição vota favorável e entende como importantíssimas essas obras.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Solicito um aparte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O tempo está esgotado, mas concedo um aparte a V. Exa. e ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Deputado Hermas, não quero ser deselegante e entendo que V. Exa. tem também a mesma posição. Mas estou encaminhando e entendo que não caberia aparte. Se o senhor conceder, terei o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem a liberdade de conceder ou não.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu estou encaminhando!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se estiver encaminhando, não há aparte.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Peço desculpas aos Deputados Tadeu, Marcos e Neivo.

Fica esse registro, que votaremos favoravelmente, mas rogando a Deus para que o Governo não cometa os mesmos erros que cometeu com o consórcio Gralha Azul, que ganhou a licitação e depois foi desclassificado por pura incompetência de alguns diretores da Copel. Que esse erro não se repita novamente, porque é um esforço muito grande dos Deputados da Situação e da Oposição, e do Presidente da Assembléia Legislativa, para aprovarmos, a “toque de caixa” esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, ouvi a fala do meu ilustre companheiro, Deputado de Oposição, Durval Amaral, e subo à tribuna para encaminhar, para fazer um registro de cunho histórico e político, porque vejo aqui na Gazeta do Povo: “A Assembléia vota hoje autorização para usinas”. E vejo a declaração do Presidente Hermas Brandão, afirmando que atendeu ao pedido do Governador. Quero registrar a coerência da Bancada de Oposição, votando favorável a esse projeto que, praticamente, é uma iniciativa do Governador. Ele, na verdade, não mandou para cá um projeto para não deixar as digitais do que ele tanto combateu no passado.

Então, o Deputado Hermas Brandão, para prestar um serviço ao Paraná, como disse muito bem o Deputado Durval Amaral, porque se fazem necessárias as parcerias e por várias razões, que também não vêm ao caso para não ser repetitivo, mas a principal razão são os financiamentos nas parcerias à iniciativa privada. Hoje não vemos as digitais do Governador, mas se reprisássemos o seu pronunciamento, várias vezes fazendo críticas, tenho certeza absoluta, Presidente Hermas Brandão, que ele vetaria o seu projeto.

Mas, com coerência neste momento, porque quando se critica, não se pensa duas vezes, porque o futuro é diferente e, como disse o Deputado Durval, quer se inventar a roda depois que ela já rodou por muitos anos. É evidente e é claro que está aqui mais uma prova e por essa razão subimos à tribuna para justificar o voto das oposições. Votaremos favorável porque para constituir, é necessário ao Estado fazermos investimentos, construir essas usinas, as parcerias. Isso não estamos dizendo apenas hoje, na votação do projeto, mas estamos dizendo há oito, nove, dez anos atrás, que já éramos favoráveis.

Então, Sr. Presidente, votamos favorável ao seu projeto, mas queremos deixar registrado que é mais uma atitude do Governador Requião, que ele deixa a sua impressão digital, desdizendo o que disse há um tempo atrás.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero só informar a V. Exa., nobre Deputado Valdir Rossoni, e ao Deputado Durval Amaral também, que não fiquei constrangido em apresentar esse projeto, justamente na linha de V. Exa., que é para o desenvolvimento

do Estado, para a geração de energia e o país corre perigo, novamente, de ter o problema do “apagão”.

Acho que é uma forma de a Assembléia colaborar com o desenvolvimento do Paraná e por isso não me constrangi, quando foi me solicitado apresentar esse projeto. Apresentarei quantos outros forem necessários para fazermos cada vez mais o nosso Estado se desenvolver. Por isso, estou muito tranquilo, como está a Oposição neste momento.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na mesma esteira do Deputado Durval Amaral e do Deputado Plauto Miró Guimarães, somos a favor do projeto. Mas, é importante que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa aquilo que se falava no passado e aquilo que se faz hoje.

Conhecemos V. Exa., Deputado Hermas Brandão, há muito tempo. Mesmo antes de eu ser Deputado conhecia o senhor quando era Deputado e eu Vereador na cidade de Marechal Cândido Rondon. Conheço o trabalho que o senhor tem feito em favor do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná e não me canso de dizer, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, Líder do Governo, que um Estado e um país só se desenvolvem quando existe a parceria entre o poder público e a iniciativa privada.

Quem alavanca a economia de um Estado e do país não é o Governo, é a iniciativa privada, são as empresas. Quem gera renda, riqueza e emprego não é o Governo, são as empresas. Agora, cabe ao Governo, sim, oferecer a infra-estrutura necessária para que as empresas possam se estabelecer no Estado ou mesmo no país.

Tenho dito, por inúmeras vezes, que o Governo Federal, o Presidente da República, o Lula, tem surpreendido, em particular a mim, Deputado Nelson Justus, por aquilo que ele afirmava quando era sindicalista, Deputado Federal, Oposição ao Fernando Henrique Cardoso e a outros governos: “fora, capital estrangeiro; fora, Alca. Precisamos valorizar o capital nacional”.

O Lula foi eleito à Presidência da República e é o Presidente que mais tem viajado e abriu as portas do Brasil às empresas internacionais. Esse foi o lado bom que me surpreendeu, o Lula e o PT fizeram isso. Agora, vamos trazer isso para o Estado do Paraná.

Fomos Deputados quando o Jaime Lerner era o Governador, quando discutimos sobre a Copel. Agora, neste mandato, criou-se a CPI, apurou-se a questão da Copel, do Banestado e tantas coisas mais. O atual Governador não se cansa de dizer que a Copel é nossa. Quando nos reunimos com o ex-Presidente da Copel, Dr. Paulo Pimentel, no Salão Nobre, questionávamos o Diretor sobre a necessidade da formação dos consórcios para desenvolver e fazer com que a energia fosse transportada e outros investimentos pudessem ser feitos no Estado do

Paraná. Agora, vem o Durval Amaral e traz uma denúncia séria e gravíssima.

Ora, Presidente, perdemos a oportunidade de participar desse empreendimento, porque os diretores não conseguiram provar as suas idoneidades.

Srs. Deputados, isso é gravíssimo, isso é sério! Será que os diretores da Copel, quando estiveram aqui na Assembléia, brincaram com os Parlamentares? Será que brincamos de fazer leis?

Ora, entendo que o respeito tem que existir entre Situação e Oposição, entre os poderes legalmente constituídos, independentes, mas harmônicos. Agora, o Deputado Hermas Brandão apresenta um projeto de lei, a pedido do Governador, e eu sei que o Deputado Hermas Brandão não está constrangido, em absoluto, porque ele sabe que a geração de energia se faz necessária. Agora não é como no passado que pessoas condenaram a construção da hidrelétrica de Itaipu, e hoje seus diretores fizeram piquete para impedir, não queriam que fosse construída.

E agora, a mesma situação na Copel.

Acho que o Governador Roberto Requião foi muito inteligente em buscar os Parlamentares e não apresentar ele mesmo o projeto de lei, Deputado Valdir Rossoni, porque se ele fosse apresentá-lo iria contrariar as suas afirmações feitas no passado. E ele encontrou, através do nosso Presidente, que tem uma visão administrativa, uma visão de desenvolvimento do nosso Estado, ele, sim: “faço em favor do Estado do Paraná; apresento o projeto”. E cabe a nós Parlamentares dar sustentação a todos os projetos que visem o desenvolvimento, independente se eles são do setor público ou do setor privado.

Aliás, tudo isso que se falou também no passado - e cabe lembrar aqui, Deputado José Maria, a quem admiro, estimo, pela sua posição, pela sua postura. Será que não é momento de lembrar, quando o atual Governador era Senador da República e questionava os protocolos que foram firmados entre o Governo do Estado e as montadoras do Estado do Paraná, ele dizia que tinha que abrir a “caixa preta”.

Ora, ele está há três anos no Governo, Srs. Deputados, e até hoje, ele como Governador, não mostra os protocolos! Por que não? Porque ele sabe o que representam todas as indústrias que vieram do ex-Governador, quando Nelson Justus era Secretário da Indústria e Comércio, quando Hermas Brandão era Secretário da Agricultura, o desenvolvimento que o nosso Estado do Paraná teve! O incremento na receita do Estado do Paraná se deve exatamente à parceria que se estabeleceu entre o poder público e a iniciativa privada!

Faço este registro porque não poderia ficar calado; sou um defensor convicto da livre iniciativa, da parceria, necessária entre o poder público e a iniciativa privada!

E neste momento em que a Assembléia Legislativa autoriza o Governo do Estado, através da Copel, que faça essas parcerias, espero que depois de aprovado o projeto,

e o Governador com toda certeza vai sancioná-lo, torne-se lei, que não faltará recurso para os devidos investimentos à geração de energia elétrica ao nosso Estado e ao nosso país! Que não recebamos novamente uma Mensagem para fazer novas parcerias com outras empresas. Espero que se tenha o capital necessário aos investimentos, objeto deste projeto e desta lei que ora tramita e que estamos discutindo.

Nosso voto, sem sombra de dúvida, será favorável, mas este registro acho importante demais e quero que fique nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. Neivo Beraldin, para encaminhar.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em relação ao consórcio que se pretende realizar e que esta Casa está aprovando, encaminhei ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao Sr. Raska Rodrigues, uma solicitação para que nos informe, em 48 horas, dada a urgência, o que foi que mudou na Portaria nº 120, de 2004? E se as usinas hidrelétricas que se pretende construir em Salto Grande, rio Chopim; Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, do rio Iguaçu e Usina Hidrelétrica do Rio Mauá, no rio Tibagi, se ele tem o estudo de impacto ambiental e que nos informe porque a Portaria nº 120 diz o seguinte: “Os três empreendimentos citados cumprem a Portaria do IAP de nº 120 que exige a existência de um estudo estratégico da bacia e a existência de um estudo de zoneamento econômico e ecológico do Estado do Paraná.”

Então, por que as três têm um tratamento desigual para com os outros que já venceram a concorrência da Aneel e que já há o estudo de impacto ambiental, que já estão perfeitamente adequados para o início de suas obras, inclusive nos mesmos rios?

Estas indagações ficam apenas para que a Assembléia possa esperar do Instituto Ambiental do Paraná, essa reivindicação, porque sabemos que o rio Chopim, em Honório Serpa, tem uma empresa e que, há muito tempo atrás o Prefeito esteve aqui que disse que o seu grande sonho seria construir uma usina e que o município de Honório Serpa ficaria absolutamente estabelecido no seu progresso, nas suas necessidades. E que existia uma empresa pronta a dar mais de 51% do patrimônio à Copel e que possuía a estrutura para realizar, e recebeu, de parte do Governo um “NÃO”.

Por que recebeu esse não para essas empresas que estão adequadas, já ganharam a concorrência na Aneel e já estão com os projetos de engenharia, de impacto ambiental tudo pronto? Porque se trata emergencialmente de três outras novas empresas hidrelétricas, que a concorrência vai se dar em 16 de dezembro.

Então, estamos aprovando a sociedade entre a Eletrosul e a Copel. E certamente darão uma concessão à ini-

ciativa privada para fazer as obras, porque a Eletrosul e a Copel, como empresas públicas, não podem contrair empréstimos do BNDS para fazê-las. Quem serão esses parceiros do futuro? Nós, evidentemente, não sabemos. E naturalmente os argumentos usados que precisamos produzir energia, são argumentos corretos, sobretudo energia hidrelétrica que é aquela movida com a força das nossas águas. Esta é a grande riqueza que o Paraná tem, essa possibilidade de agregar no seu Estado tanta energia. Mas, também há um clamor federal em relação aos investimentos desses aspectos.

Mas para que eu não esteja contradizendo o que disse ontem, que votava contra porque achava inconstitucional, porque a iniciativa tinha que ser do Poder Executivo. E não demoraria mais do que meia hora para chegar uma mensagem e ter o mesmo tratamento e a mesma votação. Nesse aspecto, analisando a Constituição e o Regimento Interno da Casa, nós nos manifestamos contrário da parte legal. O Presidente acatou o nosso parecer e está dentro da Ata da reunião de ontem e das notas taquigráficas.

Então, Deputado José Maria e demais Deputados, estamos constatando uma mudança de pensamento. E acho isso legítimo. O Governador antes pensava que não era mais possível, que não haveria necessidade de causar impacto ambiental na construção de novas usinas. Hoje, pensa diferente. Acho que ele foi convencido por alguém do Governo Federal, alguém que pense estrategicamente a questão da evolução da indústria do país ou deve ter seus argumentos que, naturalmente, são convincentes, o que é próprio do Governador. Mas, não poderíamos deixar de passar pelo Plenário uma matéria que entendíamos merecer que fosse enviada pelo Poder Executivo Estadual. Então, fica a nossa recomendação: tratar os iguais de forma igual.

E o Deputado Stica, quando foi Líder do Governo veio aqui, com a Direção da Copel. E tivemos até que, constrangidamente, dizer o seguinte: V. Sas. estão aqui para nos convencer, para fazer a extensão elétrica de Foz do Iguaçu a Cianorte com uma empresa tal, se um dia anterior eu consultei a Junta Comercial de Santa Catarina e a empresa que a Copel pretendia consorciar-se tinha mil reais de capital e tinha certidão positiva.

Olha, pense bem Deputado José Maria e Deputado Stica, que vergonha. Como é que toda uma assessoria, uma empresa do nível de uma Copel faz tratativas com a empresa para realizar uma parceria de uma concessão de uma rede elétrica de Cascavel a Foz do Iguaçu, Cascavel a Cianorte, sem antes conhecer se essa empresa tem capital, tem certidão positiva, ou tem certidão negativa. Com quem era que eles estavam falando?

Sabe o que ele fizeram? Fizeram o Presidente da Copel passar por uma grande vergonha aqui na Casa. Porque ele, sinceramente, não merecia aquilo, sobretudo, como ex-governador de Estado ter que passar pelo constrangimento de ouvir o seguinte: desculpe, a empresa que o senhor quer se consorciar, é uma empresa que tem cer-

tidão positiva, tem mil reais de capital, a outra é uma empresa inidônea.

Eu, ontem, mandei um fax para a Junta Comercial de Santa Catarina e está aqui a cópia. Sinceramente não merecia o Presidente da Copel, naquela oportunidade, passar por um vexame como aquele.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o projeto.

Para encaminhar, Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero de público cumprimentar V. Exa. pela iniciativa. Vejo que esta Casa, pela sua maioria, está de acordo, porém alguns Deputados querem lhe botar de “saia justa”, Sr. Presidente.

Que maravilha quando a iniciativa é do Presidente da Casa ou de qualquer um dos Deputados. Nós podemos valorizar esta Casa. V. Exa. tem prestado um grande serviço ao Paraná com suas iniciativas. É autor de inúmeros projetos, talvez o Deputado que mais projetos apresentou e mais projetos aprovou. Muitos foram sancionados pelo governador, outros foram vetados e, esta Casa, solidária a V. Exa., às vezes, derrubou o veto do Governador visando o interesse do Paraná.

Nós, que tivemos divergências em relação à Copel, entre os Deputados do Governo passado, hoje todos nós somamos em favor da causa paranaense. Quem é contra a Copel? Duvido que tenha alguém. Quem é a favor do apagão? Ninguém. As iniciativas do Governo Federal, às vezes, prejudicando a Copel, tirando do nosso Estado, levando para Santa Catarina poderes e direitos nossos, somos todos contra.

Então, quero de público dizer que V. Exa. tem iniciativas e substituiu muito bem o Deputado Anibal Khury, que foi um homem que prestou relevantes serviços a este Estado, a todos os governos passados. E V. Exa. tem sido um aliado do Governo em todos os momentos. O PMDB reconhece em V. Exa. o Deputado que tem talvez a maior condição de apresentar projetos dessa iniciativa e dessa grandeza, em favor do Paraná.

Parabéns, em nome da nossa Bancada, o nosso reconhecimento pelo relevante serviço que tem prestado ao Paraná, principalmente nesse projeto que vamos votar.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no município de Missal. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Muriá - AEMON, com sede no município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Associação Hospitalar Beneficente Nova Saúde, com sede e foro no município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declarando de Utilidade Pública a Fundação Nadar, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Selo de Qualidade Paraná para certificar produtos exportados pelos portos de Paranaguá e Antonina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores da Linha Guaçu, com sede no município de Quatro Pontes e foro na comarca de Marechal Cândido Rondon. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.258, que declarou de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Santo Antônio da Platina, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a Emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que altera a Lei nº 13.400, de dezembro de 2001, que dispõe sobre atendimento em instituições bancárias, financeiras, de créditos e supermercados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2005, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti e Elza Correia, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal preventiva para professoras e professores da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que trata da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CAICTM.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3526, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 332/2004.

Redação Final**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, alterando a redação do artigo 1º, da Lei Complementar

nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 442/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º, a Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Presidente Castelo Branco, Lobato e Santa Fé.

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Vamos votar o item II. Tínhamos feito a inversão da pauta até o item V. O item III é votação em 2º discussão. Para esclarecer aos Srs. Parlamentares, mandamos buscar a Ata junto à Comissão de Constituição e Justiça, uma cópia já foi entregue ao Deputado Neivo Beraldin que havia solicitado e na realidade está aqui registrado que o referido Projeto nº 562 é de autoria do Deputado Nereu Moura e outros. O Deputado Carlos Simões, que foi relator da Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável às Emendas nºs 2, 5, 6 e 7. E contrário às demais.

Há um requerimento na Mesa do Deputado Dobrandino pedindo a votação em bloco, de acordo com o parecer do senhor relator. Há também um requerimento do Deputado Augustinho Zucchi, pedindo destaque para a votação da Emenda nº 3. Se for aprovado o requerimento do Deputado Dobrandino, automaticamente está prejudicado o do Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, certamente não imagino convencer, nessa altura, todos os membros da Casa, neste momento, com esta emenda. mas veja o seguinte: o que é que eu coloco na emenda? “dispensa de cobrança para aquelas pessoas que receberam até três tratores e não dispensa àqueles que receberam mais de três tratores”.

Os mutuários que se beneficiaram do programa “Panela Cheia” e também do Pronaf, que receberam mais que três tratores, não há porque isentá-los, porque não podem ser caracterizados como pequenos.

Esta é minha grande dúvida e minha indagação, se é demais colocarmos quem recebeu mais de três tratores, que o Estado pagou, porque o Banco financiou e o Estado comprou 1 bilhão e 500 milhões de reais de créditos. E entre esses créditos estão estes empréstimos. Sou plenamente a favor que se dê esse benefício aos pequenos produtores; àqueles que receberam um, dois ou digamos três tratores. Agora, aqueles que tiveram mais de três tratores? É dinheiro público, é dinheiro do Estado. Nós tínhamos que persistir na busca desse dinheiro.

Esta é a minha indagação e peço a consideração dos senhores membros, para que atendam esta emenda, porque se ela é legal, ela é muito mais moral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento do Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Deputado Dobrandino para defender o nosso requerimento, que solicita o destaque para a votação em separado das emendas. Porque eu não tenho nada contra em votar conjuntamente as outras emendas. Ocorre, Sr. Presidente, que aprovadas as outras emendas, obviamente não poderemos votar esta. Então, independentemente do resultado, se vai aprovar ou não, apenas destaque, porque é uma justificativa com relação a esta emenda de 40 mil reais

Peguei a relação de devedores no Banco de Fomento. E não há esta questão dos três tratores, comentada pelo Deputado Neivo Beraldin, até porque apenas e tão somente o Banco fazia a equalização através do programa “Panela Cheia”, cujos débitos do financiamento, prorrogados ou não, passaram a fazer parte da carteira de fomento, quando da privatização do Banestado. Claro que quarenta, trinta mil reais não daria o valor de um trator sequer, quanto mais de três tratores. Não seria este o caso. Acontece que há cerca de cinco mil agricultores que teriam a condição de serem beneficiados por esta lei. Se passarmos de trinta para quarenta mil apenas e tão somente porque há, em algumas correções de vários agricultores que fizeram financiamento, condições desses, em quarenta mil, serem beneficiados. E se ficar em trinta mil, de não o serem. E também não vai dar uma diferença muito grande.

Sei que houve até a argumentação seguinte: que não daria para fazer dos quarenta mil, porque não se teria a idéia do impacto. Ora! A idéia do impacto também não se teve aos trinta. Estamos discutindo sobre alguma coisa que não está sendo paga. Então, não há impacto.

Na verdade é o seguinte: são débitos nos quais os agricultores estão impossibilitados de quitarem as dívidas, tendo em vista as suas condições. Então, é apenas e tão somente passando de trinta para quarenta. E não é inconstitucional. Porque tanto faz, acolher a de trinta como a de quarenta.

Agora, há uma questão de mérito e eu respeito. Se o Plenário definir que não vai aprovar a de quarenta, não tem problema. Mas, parece-me que seria importante discutirmos primeiro. Por isso peço o destaque, porque se cotadas as outras todas em bloco, esta se encontra no bloco. O todo prejudica a individual. Mas, a individual não prejudica o todo. Se esta, individualmente, for reprovada, não tem problema. Nós vamos votar aquelas que estão colocadas em bloco.

Então, peço a compreensão do Deputado Dobrandino para que pudéssemos dar preferência a esta emenda. Concordo com a votação em conjunto, não é esta a questão, apenas é que o todo prejudica o detalhe, ou a individual, ou então esta proposta de passar de trinta para quarenta mil, que foi assinada por vários Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A iniciativa desse projeto era de até dez mil reais, e nós, conversando várias vezes com o Governador, e ele aceitou a que se estendesse até o percentual de trinta mil. Mas foi taxativo, que se for além disso o Governo teria que vetar o projeto. E atendendo na verdade, e entendendo a discussão com o Governo, com todo respeito ao Deputado Augustinho Zucchi, não vou abrir mão deste requerimento de votar em bloco essas quatro emendas, e peço à Base de Apoio ao Governo, para aprovarmos o requerimento e o projeto que isenta até trinta mil reais, os pequenos produtores.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, fizemos um acordo com o ilustre Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que nós votaríamos em bloco, mas para que pudéssemos votar em bloco as emendas teríamos que aprovar o destaque desta. Porque estamos discutindo agora o valor.

Eu gostaria de ter a atenção dos Srs. Parlamentares; estamos discutindo o seguinte: o Deputado Augustinho Zucchi pede preferência para a emenda nº 03. Por que a preferência? Porque ela entra na questão do valor maior. A Bancada do PMDB apresentou, no seu projeto, no bojo do projeto, trinta mil reais. O Deputado Augustinho Zucchi, junto com vários Parlamentares, inclusive do PT, também se manifestaram alguns favoráveis a quarenta mil reais. Por esta razão estamos encaminhando, e pedindo aos Srs. Deputados que votemos favorável ao destaque desta emenda que discute o valor que será parcelado de trinta para quarenta, e depois a Bancada de Oposição concorda, sim, votar todas as outras emendas em bloco.

Estou pedindo aos Srs. Deputados para votar primeiro o destaque da emenda nº 03, senão ela estará prejudicada se for votada em bloco. Então conto com o apoio dos Srs. Parlamentares para votarmos o destaque inicial e depois, em bloco, o restante das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, respondendo a V. Exa., é que tenho a ordem de recebimento dos requerimentos. Recebi o requerimento do Deputado Dobrandino, primeiro. Para se fazer votar o requerimento do Deputado Augustinho Zucchi tem que ter um entendimento entre o autor do outro requerimento, que é o Deputado Dobrandino.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente Hermas Brandão. Devo uma explicação de um equívoco em relação a trator e custo, porque quando na CPI do Banestado analisávamos vários programas, e a conclusão que chegamos na época, que cada trator teria custado trinta mil dólares, e teria sido comprado da New Holland, imaginei que quando colocasse aqui até três tratores, poderia ser revertido em dólar, e isso daria para isentar muito mais pequenos agricultores.

Essa é a explicação que gostaria de deixar para o Plenário, porque nomeiei tratores quando deveria ter nominado recurso em espécie e dinheiro atual. Só que o Estado pagou em dólar e está até agora pagando com juros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto o Deputado Dobrandino se mantém a prioridade do seu requerimento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Mantenho.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Gostaria de explicar: para que tenhamos a oportunidade de aumentar o limite, temos que derrubar o requerimento do Líder do Governo. Atenção Parlamentares que são favoráveis aos agricultores, no aumento do limite: vamos derrubar o requerimento do Deputado Dobrandino. Pela primeira vez contamos com a colaboração dos Srs. Parlamentares, de trinta para quarenta.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Se ultrapassarmos esse limite, o Governo vetará o projeto. Quem vai perder, na verdade, são os pequenos produtores. Quero solicitar a compreensão dos Deputados da Base do Governo para aprovarmos o requerimento, aprovar o projeto de acordo com a votação da CCJ. O Governo já está se esforçando o bastante e é preciso que haja compreensão.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero chamar a atenção do Deputado Valdir Rossoni que, conforme seu pronunciamento, pode pôr tudo a perder.

Já declarei que vou votar na proposta que o Deputado Augustinho Zucchi traz em votarmos em separado a emenda que eleva a 40%. Digo isto, primeiro porque tenho a convicção que vai ser melhor para os agricultores. Segundo, porque aí tem um erro e quero também chamar a atenção do Líder do Governo, que permitiu sair uma emenda apenas da Bancada do PMDB. Temos aqui uma Bancada do Governo que é ainda maior que a do PMDB e que, ainda sozinha não dá sustentação ao Governo nesta Casa. Para que possamos discutir em alto nível, defendendo a votação em separado, mas não aceito aqueles que, no discurso, estão favoráveis aos agricultores, porque as duas emendas são favoráveis. A de quarenta, é óbvio, aumenta mais, e só saiu pela arrogância - desculpe-me - da Bancada do PMDB.

Peço voto favorável ao encaminhamento da votação em separado, para que possamos votar essa matéria sem o bloco como um todo.

Muito obrigado!

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Estou ouvindo com muita atenção a explanação e o ponto de vista de cada um dos Deputados.

Essa matéria foi amplamente discutida na CCJ. O que não se entende, e em boa época, em bom tempo o Deputado Neivo Beraldin viu onde estava o erro.

O que temos que entender é que esse dinheiro é título podre, não existe. Ninguém vai pagar. Sabe para que é usado esse título podre? Para negociações com o Banco Central, para garantir dívidas aqui, ali e acolá. Só isso. Agora, se pudermos com isso ajudar... O Deputado Augustinho Zucchi me lembrou que é mais mil ou dois mil agricultores. É bom.

De quem é a emenda pouco importa; se for do PT, do PMDB ou de quem quer que seja. O Deputado Augustinho Zucchi está rigorosamente certo. Esse dinheiro não vale nada. Agora, claro que ficamos preocupados, porque se aumentar de trinta para quarenta o Governador veta. Todos serão prejudicados. Ninguém quer isso.

Imagino que o Deputado Dobrandino, que tem uma liderança firme nesta Casa e um relacionamento dos mais estreitos com o Governador, pode fazer com que ele perceba o erro, que esse dinheiro não vale nada, não compra um cacho de banana, não compra nada! É dinheiro podre, mas ajuda, sim, aqueles que estão devendo e que, normalmente, são pequenos ou médios agricultores, mas que não vão pagar de jeito nenhum.

Peço, por gentileza, que as pessoas atentem para esse detalhe, porque o requerimento do Deputado Augustinho Zucchi é pertinente, sim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, inicialmente...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, solicitaria a V. Exa., ouvindo os reclamos de ambos os lados, podemos derrotar a de qua-

renta, aprovar a de trinta e prejudicar os nossos agricultores.

Se for aprovada a de quarenta e o Governador vetar, vai ficar a origem de dez mil reais. Então, sei que poderíamos retirar esse projeto por três sessões, porque hoje encerra a semana, semana que vem é semana da Proclamação da República e poderíamos, talvez, em um entendimento com o Governador, entre as bancadas, chegar a quarenta ou nos trinta mesmo.

Um entendimento de todos para que não nos digladiemos e os produtores - que na época fizeram os empréstimos - sejam derrotados por questão de dez mil reais. Poderão perder trinta ou ganhar dez; alguns ganharão mais, mas muitos perderão bastante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está encaminhando como requerimento?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Como requerimento. A retirada por três sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só preciso da anuência da Liderança da Oposição, porque este projeto já foi retirado por duas sessões e tenho usado sempre o mesmo critério: se houver concordância da Oposição, votaremos o seu requerimento.

Deputado Valdir está respondendo pela Liderança da Oposição?

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Seria possível suspender a Sessão por cinco minutos, para buscar um entendimento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Essa é a minha sugestão.

Mas, desculpem-me, esse argumento que se votar trinta ou quarenta o Governador vetará, é quase que nos impossibilitar da discussão. O mérito não há o que discutir. Isso é título podre, é dinheiro perdido. Se for cem, é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(**É suspensa a Sessão**)

Reiniciamos os trabalhos.

Para Encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

É o requerimento do Deputado Dobrandino da Silva que está sendo encaminhado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Estamos encaminhando o requerimento do Deputado Dobrandino, no sentido que seja retirado. Como o Líder da Oposição não concorda em retirar o requerimento, com a prevalência que vejo no plenário,

da aprovação da emenda de quarenta mil reais de isenção, vamos ter dificuldades por parte do Executivo, de aprovação.

Aquilo que foi afirmado pelo Deputado Nelson Justus, que o dinheiro é podre, os títulos têm dificuldades de serem resgatados, digo que não são efetivamente podres. Porque têm muitos dos pequenos proprietários, sitiantes, que retiram o dinheiro do leite, do queijo, da mamona, que vendem de saco picado, para poderem fazer o resgate junto ao Banco e ao sistema financeiro. Estaríamos efetivamente beneficiando os pequenos agricultores, que estão muitas vezes com os créditos complicados.

Não há uma razão maior, se é trinta se é quarenta. O Governo determinou o limite de trinta mil reais. A Liderança do Governo nesta Casa, representada pelo Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, reivindica um valor maior. O Governo passou de dez, foi para vinte e de vinte foi para trinta, porque tem um limite. O limite para o Executivo é trinta. Gostaria de fazer uma observação: a votação em separado e votando-se pelos quarenta mil reais, corremos o risco de ter vetado o projeto e aí não se tem nem o benefício dos trinta mil reais. O Governo tem limite estabelecido para o Executivo, que é de trinta mil reais. Ele avançou de dez para trinta.

Eu entendo temerário e que a prudência seria de votar a emenda dos trinta, votando em bloco, com requerimento do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, queria colocar aos nobres Deputados, uma consideração. Nós conversamos por várias vezes com o Governador. Respeito a opinião dos Deputados. Em uma democracia temos que respeitar a opinião dos Deputados. O Governo fez um esforço para ficar nesse limite e nunca ninguém o fez.

Imagino se ultrapassarmos, como eu falei, corre-se o risco do Governo retirar o projeto, mandar buscá-lo e ficar sem efeito. Como disse o Deputado José Maria: não é título podre. Tem muita gente pagando com sacrifício e talvez esse benefício será isento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, a autoria do aumento para quarenta mil reais não tem dono. São todos os Deputados do PSDB, PT, PFL, PPS - se não me falha a memória -, de todos. Apenas não temos o apoio do PMDB, infelizmente.

Este argumento que será vetado, para prejudicar os agricultores, primeiro, nós podemos derrubar o veto. Segundo, duvido que o Governador Requião, para quem começou em dez e foi para trinta a pedido da Bancada do PMDB, poderá ir a quarenta a pedido de cinquenta e qua-

tro Deputados aqui da Assembléia. Por isso, indico a votação NÃO ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero alertar novamente os Srs. Parlamentares: aprovado o requerimento do Deputado Dobradino, está prejudicado o requerimento do Deputado Augustinho Zucchi.

Está em votação o Requerimento nº 3532, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando destaque para a votação em bloco das emendas de autoria da Bancada do PMDB ao Projeto de Lei nº 562/2005, item 03 da Ordem do Dia. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dobrandino, queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e três Deputados.

Está **rejeitado** o requerimento do Deputado Dobrandino.

Está em votação o requerimento feito verbalmente pelo Deputado Augustinho Zucchi. Automaticamente, todas as emendas serão votadas individualmente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O requerimento do Deputado Augustinho Zucchi, se não me falha a memória, só pede destaque para essa emenda que contempla os quarenta mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Então, teria que ser apresentado outro requerimento, porque esse, o Deputado Dobrandino apresentou...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concordo com V. Exa. Votaremos em separado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento do Deputado Augustinho Zucchi, quer destaque para discussão e votação da Emenda nº 03.

Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados.

Está **aprovado** o requerimento do Deputado Augustinho Zucchi. Automaticamente será dada preferência à votação da sua emenda.

Peço ao 1º Secretário que faça a leitura da emenda do Deputado Augustinho Zucchi, para que possamos colocar em discussão e votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, apenas para dizer que o requerimento é de minha autoria, mas a emenda, não. Ela é de Parlamentares de todos os Partidos da Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria dar as boas-vindas e, ao mesmo tempo, registrar a presença do nosso colega, Deputado Estadual e Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, que muito nos orgulha com a sua presença na Assembléia Legislativa, acompanhando atentamente as votações que transcorrem nesta tarde.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de alertar à Bancada do PMDB, que está se afastando do plenário, que tem o projeto de V. Exa. para ser votado. Caso caia a votação neste momento, estão encerradas as votações.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Quero alertar aos Srs. Parlamentares que para a votação dessa emenda do Deputado Augustinho Zucchi, já iniciamos o processo de encaminhamento e votação.

Mesmo com a ausência dos Srs. Parlamentares, será considerada a presença dos mesmos. Quarenta e dois Parlamentares estavam na Casa e vai ser considerado esse número para a votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acho que estivemos presentes na votação do requerimento. V. Exa. sabe que a minoria ou a maioria tem o poder de voto ou não voto; esvaziar o plenário é um direito das minorias como, ocasionalmente, é da maioria, é do Parlamento.

Então, pedimos a V. Exa. que reflita a respeito da votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Estou consultando o Regimento da Casa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

V. Exa. tem sido coerente nessa jurisprudência firmada. Adianto que é jurisprudência firmada por V. Exa. e que no requerimento nós perdemos. Quando houver a votação do projeto, será nova votação.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

O projeto do nobre Deputado Anibelli já foi votado o requerimento, nós íamos entrar, conforme prioridade do requerimento aprovado, no processo de votação da emenda do Deputado Augustinho Zucchi. Eu anunciei já o processo de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Eu acho que V. Exa. tem tanta experiência na Presidência que V. Exa. não vai se valer das explicações do

Deputado Rossoni, determinando a V. Exa. qual é a atitude que tomará, porque V. Exa. é independente.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

E quem determina é o Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Exatamente.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

A minha posição não pode ser questionada, só pode ser questionada na Justiça.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Exatamente. V. Exa. pode precisar de um assessor da Mesa, mas não daqui do plenário. Alguém pode levantar a dúvida quanto à manifestação quando a jurisprudência feita por V. Exa. faz parte das nossas decisões desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não chamei a atenção e nem dei ordens para a Presidência, nem posso, é verdade, Deputado Anibelli, mas é importante que eu alerte a Bancada do PMDB, que eu sei que tem interesse em aprovar o projeto do Deputado Hermas Brandão, porque é de interesse do Governo, e com a saída da Bancada, se não der quórum, encerra-se a Sessão.

Apenas estou alertando, regimentalmente, até não seria a minha obrigação, mas como não quero prejudicar o projeto, que é de extrema importância para o Governo e terá que ser aprovado até sexta-feira, fiz um alerta até fazendo aqui o papel de 5º Vice-Líder do Governo.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, para contradizer o Deputado Líder da Oposição.

O que o Deputado Rossoni afirma também não corresponde com a realidade desta Casa. Cada Sessão é uma Sessão. Exatamente. Será feita a abertura de uma nova Sessão e será feita a leitura da Ata. E essa Ata será aprovada. Imediatamente, se houver quórum, será votado, senão cai a Sessão segunda também.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Deputado Anibelli, desculpe-me contradizer V. Exa, sei que V. Exa. está falando com a maior das boas-intenções em querer induzir o Plenário à verdade, mas o contraditório não quer dizer que estejamos faltando com a verdade, o que estou dizendo é que temos um número certo de sessões.

Então, se cair esta Sessão não dá o número suficiente de sessões para ser aprovado o projeto do Deputado Hermas Brandão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi votado em 2ª discussão, mas tem a 3ª e a Redação Final.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Que serão feitas nas outras sessões subseqüentes, onde serão abertas e votadas as Atas. Se tiver número a Situação sai e volta, como sempre foi feito, em entendimento ou discordância.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por três minutos. Convido o Líder da Oposição e o Líder da Situação para conservarmos.

(**Está suspensa a Sessão**)

(**Está reaberta a Sessão**)

Requerimento nº 3544, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Emendas nºs 02, 05, 06 e 07 do Projeto de Lei nº 562/2005, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Eu vi, presente nesta Casa o Chefe da Casa Civil, o Secretário da Segurança, e vi entregando o projeto de lei do aumento da polícia.

Quero fazer um agradecimento, em nome da Liderança da Oposição, pelo convite que ele fez a este Líder para acompanhá-lo na entrega deste projeto a V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Registrado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar nesta Casa, Sr. Presidente, comunicando aos demais Deputados, e também à imprensa, na condição de Líder do PDT, que o PDT, através do seu filiado Walmor Stédil está entrando com uma representação junto ao Conselho Nacional de Ética solicitando providências em relação às declarações do Deputado Federal do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, que desrespeita as candidaturas colocadas dentro do Partido dos senadores Jeferson Peres e Cristóvão Buarque, a Presidência da República, e desrespeita a candidatura, também já colocada dentro do Partido, do Senador Osmar Dias ao governo do Estado.

Um ato de descortesia sem comunicar ao PDT regional e também na casa de todos nós pedetistas e também na ausência do nosso presidente estadual o critica, segundo a imprensa vem colocando.

Entendemos esse ato como deslealdade, descortesia e uma desconsideração que, na condição de Líder do PDT, não aceitamos e deixamos registrado na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Discordo do Deputado Barbosa Neto em nome do PSB, porque foi de conhecimento da grande população que assiste à TV-Educativa o fato ocorrido ontem. O Deputado Alceu Collares lançou como candidato à Presidência da República o Governador Roberto Requião, pelo PDT.

Foi também de conhecimento de todos que o Deputado Alceu Collares estava fazendo várias piadas, não foi só essa.

Não se leva em consideração as piadas feitas por ele. Ele já está com idade avançada, ficou muito feliz em estar em Curitiba.

Não perca tempo com essas coisas, Deputado Barbosa Neto. Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Entrevistei o Deputado Alceu Collares e ele disse que o Governador Roberto Requião seria um grande candidato a Presidente, mas que o PDT teria sua candidatura própria para o Governo Federal.

Isso está gravado. Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Ele disse que se o PDT do Paraná fosse inteligente deveria apoiar o Roberto Requião para o Governo do Estado. Isso não é correto. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votação em bloco das Emendas nºs 2, 5, 6 e 7 e outro Requerimento nº 3546, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Emendas nºs 01, 03 e 04 do Projeto de Lei nº 562/2005, constante na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Vamos iniciar o processo de votação das emendas.

Em discussão e votação as Emendas nºs 2, 5, 6 e 7.

Aprovadas por unanimidade.

Em discussão e votação as Emendas nºs 1, 3 e 4. Em discussão. Em votação. Como há parecer contrário da CCJ, a votação será inversa. Srs. Deputados que aprovam as emendas, queriam levantar-se. **Rejeitadas.**

Estão **rejeitadas** as emendas.

Em votação o projeto.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo o Projeto de Lei nº 562/2005.

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, dispensando ou parcelando os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDAS NºS 01, 04, 05 E 06 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 02 E 03. **Em regime de urgência.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 563/2005 EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação do artigo 3º e acrescentar-lhe parágrafo primeiro, assim dispondo a redação:

Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

Parágrafo Primeiro. para os mutuários signatários de contratos com apenas com um bem, em situação de inadimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.

A propósito desta emenda, entendemos que a mesma altera a redação do *caput* do artigo 3º excluindo a expressão “em situação de inadimplência”. Em sendo aprovada a emenda, estar-se-ia configurando uma incongruência com o artigo 2º, pois, o espírito do projeto de lei é abarcar os critérios para os contratos em situação de inadimplência previstos no artigo 2º e os contratos em situação de inadimplência.

Ainda, a mesma emenda acresce o parágrafo primeiro ao artigo 3º, o que inviabiliza na prática a aplicação da lei, se aprovada, pois, estabelece critério subjetivo (avaliação do bem) e que pode gerar inúmeras interpretações, podendo ocasionar dificuldades de aprovação em eventual renegociação e até mesmo para a dispensa integral da dívida.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 4º e 5º do Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei, aplicam-se a todos os mutuários independentemente do somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos.

Art. 5º Os mutuários cujos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar um valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais), estará dispensado do pagamento da integralidade da sua dívida.

Sobre esta emenda entendemos que alterando-se a redação proposta no artigo 4º estendendo os benefícios no projeto de lei em comento para todos os mutuários, estar-se-ia confrontando com a própria justificativa, pois, a idéia central do projeto de lei consiste em:

- beneficiar pequenos e médios mutuários;
- priorizar a cobrança judicial dos grandes devedores;
- baixo impacto na carteira; e
- percentual elevado de mutuários atingidos.

Assim, ao se estender os benefícios para todos os devedores, o impacto nos “Ativos” do Estado do Paraná oriundo do Banestado seria elevado, inviabilizando sua gestão, inclusive sobre a ótica de se recuperar valores financeiros para o Estado do Paraná, bem como, estaria sujeita a questionamentos de ordem legal.

Com respeito à alteração proposta no artigo 5º, majorando a dispensa integral do saldo devedor para R\$40.000,00 (quarenta mil reais) temos que o impacto seria elevado, e da mesma forma, prejudicaria o Estado do Paraná na recuperação de recursos financeiros.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo acrescentar inciso à redação do artigo 8º do Projeto de Lei nº 563/2005, assim dispondo:

Art. 8º...

V - para os parcelamentos de dívidas superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), não será concedida dispensa progressiva do saldo devedor aplicando-se a correção prevista no artigo 11 desta lei.

A propósito desta emenda, entendemos que a mesma está em confronto com o que dispõe o artigo 4º do Projeto de Lei nº 562/2005, pois ali existe estipulação de que os benefícios da lei seriam aplicados somente para os mutuários cujo somatório de saldo devedor de seus contratos seja igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Ademais, muito embora a proposta de emenda afirme que a dispensa progressiva do saldo devedor não será concedida para os mutuários com dívidas superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), ela não exclui a dispensa de 50% (cincoenta por cento) prevista no artigo 6º do projeto de lei, ou seja, os grandes devedores poderiam liquidar suas dívidas usufruindo do recálculo mais a benesse estabelecida no artigo anteriormente citado.

Em isso ocorrendo, o impacto seria drástico nos “Ativos” do Estado do Paraná não sendo recomendável a aprovação da emenda em tela, sob pena de questionamento de ordem legal por não se ter considerado o impacto elevado e negativo da medida.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo alterar a redação do artigo 10 e acrescentar-lhe parágrafo único, ao Projeto de Lei nº 562/2005, assim dispondo:

Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos parceladamente, em tantas vezes quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo Único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

A propósito desta emenda entendemos que se trata de proposição viável e dessa forma nos manifestamos favoravelmente ao acolhimento da emenda em exame.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, tem por objetivo acrescentar parágrafo único à redação do artigo 12 do Projeto de Lei nº 563/2005, assim dispondo:

Art. 12...

Parágrafo Único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedade com até 6 módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. O mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas 01 (um) bem.

Sobre esta emenda, entendemos que a inserção de parágrafo único ao artigo 12, na prática, surtirá pouco efeito, tendo em vista que grande parcela dos mutuários que estão na situação exposta na proposta de emenda, enquadram-se entre aqueles que terão sua dívida dispensada integralmente.

Ademais, por se tratarem de operações financeiras, a boa prática recomenda que as operações estejam lastreadas em garantia, ainda mais em se tratando de operações de titularidade do Estado do Paraná.

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da emenda em exame.

EMENDA Nº 06

P A R E C E R :

A emenda em análise, de autoria de Deputados da Bancada Aliada ao Governo, tem por objetivo alterar a redação do artigo 5º do Projeto de Lei nº 563/2005, assim dispondo:

Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar, valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) estarão dispensados do pagamento da integralidade de sua dívida.

A propósito desta entendemos que se trata de proposição viável e dessa forma nos manifestamos favoravelmente ao acolhimento da emenda em exame.

Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente às emendas de nºs 04 e 06, e contrários às emendas de nºs 01, 02, 03 e 05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente; em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Nelson Justus, Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock e Barbosa Neto.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3545, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Emendas nºs 01, 04, 05 e 06. **Aprovado.**

Requerimento nº 3547, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Emendas nºs 02 e 03. **Aprovado.**

Primeiro bloco: Emendas 01, 04, 05 e 06. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovadas.**

Segundo bloco: Emendas 02 e 03. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Deputados que aprovam queiram levantar-se. **Rejeitadas por unanimidade.**

Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 3501, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3503, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3505-A, 3527-A, 3528-A e 3529, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3506, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3507 a 3512, 3514, 3515 e 3548, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3513, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Ao Exmo. Procurador Airtón Loyola para manifestação.**

Requerimento nº 3516, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3518 e 3519, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3521 a 3525 e 3530, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3527, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3531, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3533 a 3538, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3539, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3540, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3520, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 423, 562, 563, 623 e 670/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 391, 503, 539, 612/2005; do Projeto de Lei Complementar nº 639/2005 e do Projeto de lei nº 641/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 474/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5576/2005, de 25 de julho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria por invalidez a WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, portadora do RG nº 431.357-7 e do CPF nº 620.824.939-20, funcionária desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, admitida em 02 de junho de 1986, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, com a mesma disposição no artigo 35, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Estadual, e conforme o artigo 224 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, conforme as Resoluções 007/2004 e 009/2005, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 475/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6098/2005, de 10 de agosto de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria por invalidez a OSVALDO DO CARMO, matrícula nº 40219, portador do RG nº 5.926.525-3 e do CIC nº 356.429.719-72, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Segurança, nível NTB-07, admitido em

16 de maio de 1983, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, com a mesma disposição no artigo 35, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Estadual, e conforme o artigo 224 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, conforme as Resoluções 007/2004 e 009/2005, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 476/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7737/2005, de 05 de outubro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na Fonte dos proventos de NOIR PACHECO, matrícula nº 482-I, funcionário inativo do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no cargo de Oficial Legislativo “A”, Referência IV, de acordo com o inciso XXXIII, do artigo 39, do Decreto Federal nº 3000/99, combinado com o inciso XII, do artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 25/2001; e, artigo 30 da Lei Federal nº 9250/95.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 477/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com o artigo 33, parágrafo 1º, inciso XIII do Regimento Interno, artigo 5º, inciso III do Decreto Legislativo nº 52/84 e artigo 6º, inciso XVI da Lei 8666/93,

R E S O L V E :

nomear e instalar a Comissão Especial de Licitação para o fim específico de promover a licitação para a contratação de serviços para instalação de sistema de produção e reprodução de programação própria de televisão, objeto do expediente protocolado sob nº 2173/2004, ficando, portanto, assim constituída:

- AYRTON COSTA LOYOLA (Presidente) - Procurador-Geral da Assembléia Legislativa;
- PAULO JOSÉ KESSLER (membro) - Promotor de Justiça indicado pelo Ministério Público;
- MARCOS ANTONIO ALBERTI (membro) - Funcionário do Poder Executivo cedido conforme Ofício CEE/CC 2922/2005;
- GABRIEL LUIZ FRANCESCHI (membro) - Diretor de Apoio Técnico deste Poder Legislativo;
- VANDERLEI NORBERTO REBELO (membro) - funcionário deste Poder Legislativo, matrícula nº 100;
- VINÍCIUS BULIGON (membro) - advogado lotado na 1ª Secretaria deste Poder Legislativo, matrícula nº 5566;
- ERON ABBoud (membro) - advogado lotado na Procuradoria-Geral deste Poder Legislativo, matrícula nº 4150.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.11.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15º LEGISLATURA ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 385/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15º LEGISLATURA ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do

Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 588/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 301/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

Finanças¹

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch e mais as presenças dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Tadeu Veneri e Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor Presidente abriu os trabalhos. O senhor Secretário leu a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 308/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que prorroga o prazo de recebimento de requerimento disposto na Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis nºs 13.570 e 14.552, que trata de indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cesar Seleme, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Ailton Araújo. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 367/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 26/05, que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência – IRFA, SOB VINCULAÇÃO À Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 249/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui incentivo fiscal para estimular o emprego de jovens sem experiência profissio-

1. Atas publicadas conforme originais fornecidos pela secretaria da Comissão.

nal e de pessoas com mais de 40 (quarenta) anos de idade. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Vistas Deputado CARLOS SIMÕES – DEFERIDO. 03) Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Kielse Crisóstomo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Vistas Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. 04) Projeto de Lei nº 320/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA. 05) Projeto de Lei nº 274/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que estabelece critérios para criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná. Relator Deputado TADEU VENERI. Vistas do Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. 06) Projeto de Lei nº 276/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná. Relator Deputado CESAR SELEME. Vistas ao Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. 07) Projeto de Lei nº 301/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que cria o Programa Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei Complementar nº 118/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 010/05, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais – CCRF, conforme especifica Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 293/05, de autoria da Deputada Cida Alborguetti, que dispõe sobre o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 446/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 034/05, que trata da reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e tres dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de

Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch e mais as presenças dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Padre Paulo e Ailton Araújo. Havendo número legal, o senhor Presidente abriu os trabalhos. O senhor Secretário leu a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 337/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, (ICMS). Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cesar Seleme, Nelson Garcia e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado César Seleme, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 211/05, de autoria do Deputado Mário Bradock, que dispõe sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores, ocupantes do cargo de delegado de polícia, das diferentes classes, do quadro de pessoal da polícia civil. Relator Deputado BARBOSA NETO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 392/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – (ICMS). Relator Deputado BARBOSA NETO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

DIÁRIO Nº 125

SUMÁRIO

Mesa Executiva	40
Presenças	40
Abertura da Sessão	40
Expediente:	
Mensagens	40
Requerimentos	46
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	47
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	47
2ª Discussão	48
Requerimentos.....	48
Encerramento da Sessão Ordinária.....	48
Publicações:	
Atas de Comissão	
Finanças.....	49

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2005

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e José Maria Ferreira.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos

Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, André Vargas, Elza Correia, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi e Mauro Moraes (06). E em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Rafael Greca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, devidamente antecipada de quinta-feira, 10.11.2005, para hoje, quarta-feira, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 057/2005

Curitiba, 31 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o artigo 66, inciso III da Carta Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar, visando alterar os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º, da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, para as carreiras que especifica, do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Os estudos que precederam esta proposição foram realizados pela Secretaria de Administração e da Previdência que, com a colaboração da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos resultados indicaram os limites máximos possíveis agora adotados para os valores propostos.

A Titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no expediente a mim encaminhado,

anexou a adiante transcrita justificativa, onde estão detalhando maiores esclarecimentos quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a medida legal em causa:

“Não resta dúvida, que diante dessa nova exigência, houve o reconhecimento de que as tarefas desempenhadas pelos ocupantes de tais carreiras são bem mais complexas e de maior responsabilidade do que aquelas exigidas para quem possui apenas o ensino médio. Numa acepção mais aberta, já que tal requisito foi instituído por lei, votada e sancionada por representantes populares, evidencia-se que foi o próprio povo do Paraná quem estabeleceu esse novo parâmetro.

Considerando tal requisito e com a finalidade de reconhecer e incentivar a formação universitária dos servidores policiais civis, aos vencimentos dos funcionários ativos está previsto o pagamento de gratificação técnica, no percentual de 20% sobre o vencimento básico já reajustado, sendo que a composição da remuneração para os detentores de diplomação de 3º grau, fica a seguinte.

Total de **remuneração sem adicionais** na tabela para essas categorias:

Classe I	R\$ 2.397,37
Classe II	R\$ 2.240,54
Classe III	R\$ 2.093,96
Classe IV	R\$ 1.956,97
Classe V - (ingresso p/ nível superior)	R\$ 1.828,94

Os números relativos à folha de pagamento, custos e impactos estão discriminados a seguir e serão suportados pelas dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, fazendo-se, se necessário, as alterações e ensejamentos autorizados pela legislação pertinente. Visando atender ao sistema jurídico em vigor, no que se refere às normas de finanças públicas, o anteprojeto prevê implantação de efeitos financeiros que atendam aos ditames e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 3º).

Com esta medida entendemos que a remuneração a ser paga ao pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná está observando os patamares do pessoal de nível superior do Quadro Próprio do Poder Executivo, cujo nível inicial de ingresso está fixado em R\$ 1.525,00, observadas as peculiaridades das funções.

A iniciativa é consolidação de uma importante etapa para a construção de um plano de carreira que modernize não só a estrutura remuneratória das diversas categorias de servidores policiais civis como também as progressões e promoções mais coerentes com o mérito, o desempenho e a formação voltadas ao aprimoramento da prestação dos serviços essenciais à segurança pública, em caráter repressivo e preventivo.

Entretanto, o aperfeiçoamento da carreira exige amplos debates e estudos, envolvendo os integrantes da própria Polícia Civil, da Escola da Polícia Civil, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, secretarias do Planejamento e da Fazenda, o que será feito mediante trabalho em conjunto e demandará outros estudos de impacto orçamentário financeiro bem como cronograma que ainda será ajustado, de acordo com as outras prioridades relativas ao pessoal do Estado, pelo que optou-se, num primeiro momento, pela adequação das tabelas facilitando a tarefa de maior envergadura que será desenvolvida a seguir.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, passam a ser os constantes do anexo único desta lei.

Art. 2º Os servidores em atividade que tiverem concluído graduação perceberão, a título de gratificação técnica, percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o vencimento base, pago em código à parte, mediante comprovação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros observarão os limites e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, sendo suportados pelas dotações orçamentárias e rubricas de pessoal próprias do Poder Executivo. **À Diretoria Legislativa.**

ANEXO ÚNICO

Cargo	Vencimentos Base
Investigador de Polícia	
1ª Classe	998,91
2ª Classe	933,56
3ª Classe	872,48
4ª Classe	815,40
5ª Classe	762,06
Escrivão de Polícia	
1ª Classe	998,91
2ª Classe	933,56

ANEXO ÚNICO

3ª Classe	872,48
4ª Classe	815,40
Papiloscopista (unificação de Datiloscopista e Identificador Datiloscópico)	
1ª Classe	998,91
2ª Classe	933,56
3ª Classe	872,48
4ª Classe	815,40
Agente em Operações Policiais (unificação de técnico em Telecomunicações Policiais e Operador em Telecomunicações Policiais)	
1ª Classe	784,00
2ª Classe	732,71
3ª Classe	684,78
4ª Classe	639,98
Técnico em Manutenção Policial	
1ª Classe	784,00
2ª Classe	732,71
3ª Classe	684,78
4ª Classe	639,98
Auxiliar de Manutenção Policial	
1ª Classe	741,38
2ª Classe	692,88
3ª Classe	647,55
4ª Classe	605,19
Comissário de Polícia (em extinção)	
Classe Única	998,91

MENSAGEM Nº 058/2005

Curitiba, 31 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso III da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais-militares, distribuídos pelos postos e graduações, bem como alterar a Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR).

O plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa Casa, consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, eis que acrescentando mais 75 (setenta e cinco) militares estaduais ao atual efetivo, necessitando tão somente de promoções internas, ensejar-se-á condições no sentido de prestar aporte à transformação do atual Batalhão de Polícia Florestal em Batalhão Força Verde, com mais duas Companhias de Polícia Militar (uma em Londrina e outra em Foz do Iguaçu), sendo remanejadas as companhias já existentes para os municípios de Paranaguá e Guarapuava.

A hodierna estrutura organizacional do Batalhão de Polícia Florestal, com apenas duas companhias, e a própria terminologia utilizada para a designação de uma Organização Policial Militar especializada em ações e operações de proteção ambiental, estão defasadas e não são compatíveis com a nova realidade e importância que o tema conquistou. A proteção efetiva do meio ambiente representa a condição primeira de sobrevivência do próprio homem.

Face aos novos e modernos conceitos de meio ambiente, as ações de polícia especializada nesse campo vão muito além do simples “policar” florestas e mananciais. Hoje, obrigatoriamente, além dessas atividades é preciso desenvolver ações e operações de fiscalização da pesca fluvial, lacustre e marítima, feitas de forma ilegal, combater o loteamento clandestino em áreas de proteção e preservação, combater as atividades extrativistas e mineradoras ilegais, pôr fim aos aterros sanitários clandestinos e combater o tráfico de animais silvestres. Ao lado dessas atividades surge, ainda, a questão primordial da educação ambiental.

O Batalhão de Polícia Florestal, com a nova designação de Batalhão Força Verde, aliado à estrutura organizacional proposta, terá muito mais condições de cumprir com sua indeclinável missão. Dentro de um cenário moderno e amplo, além do melhor contextualizar e sedimentar as atividades de polícia ambiental no Estado do Paraná, como forma de prevenir e fortalecer o uso sustentado dos nossos recursos naturais, também se conseguirá proteção efetiva do meio ambiente, para a atual e futuras gerações.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.312 policiais-militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, por postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, de acordo com os quantitativos fixados

nos Anexos I e II desta lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 3º O inciso VIII, do artigo 37, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37...

VIII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Polícia Ambiental Força Verde (BP Amb FV - Cia Amb

FV - Pel Amb FV - Gp Amb FV); encarregado do policiamento ostensivo, visando o cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente.

Art. 4º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO I								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	189	206	245	753
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos					1	1	2
TOTAL		16	57	102	272	326	382	1.155

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO II							
GRAD.QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	175	281	668	1403	2179	11.248	15.954
2-PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1.809	3.203
TOTAL	231	370	785	1.838	2.876	13.057	19.157

MENSAGEM Nº 059/2005

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Encaminho à apreciação dessa augusta Casa de Leis, anteprojeto de lei que visa majorar a remuneração policial militar para as patentes de soldado de primeira classe a primeiro tenente, considerando que nesses postos concentra-se o maior número de servidores policiais mili-

tares efetivos, encarregados de zelar pela segurança da comunidade paranaense.

Esta majoração visa diminuir a diferença existente e fixada por legislação anterior, entre a remuneração dos postos dos oficiais superiores e aquela vigente à base da própria corporação. Ao mesmo tempo, busca conferir aos servidores policiais militares tratamento equivalente, observadas as peculiaridades inerentes a cada função,

bem como as possibilidades orçamentárias e financeiras do erário, entre os servidores policiais militares e servidores policiais civis, cuja reestruturação de vencimentos também está sendo objeto de proposta por parte do Executivo Estadual.

A proposta apresentada, que visa uma readequação da gratificação Policial Militar Especial o que será feito de forma parcelada, considerando os significativos impactos em folha de pagamento, de acordo com o anexo que acompanha o texto da lei.

O projeto de lei cria também, a gratificação técnica, a ser paga às Praças da Polícia Militar que venham a concluir o ensino superior. Esta medida tem como escopo o aprimoramento profissional e cultural das Praças da Corporação, com uma contrapartida pecuniária, o que se reflete numa melhor prestação de serviço à comunidade.

Ainda, procurou-se sanar a problemática criada com o advento do abono permanência, instituído pela Emenda Constitucional nº 41, cuja aplicação não alcan-

çou aos militares estaduais, motivando pedidos precoces de transferência para a inatividade.

As mudanças propostas representarão um impacto financeiro total de R\$14.073.288,42 (quatorze milhões, setenta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) considerando-se a totalidade de policiais militares ativos e inativos abrangidos pelas medidas.

A implantação escalonada da gratificação Policial Militar Especial tem por finalidade permitir um desembolso financeiro adequado às possibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Geral do Estado e compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com estas modificações as remunerações e os percentuais de aumento para os policiais militares sem nível superior vão de 15,44% a 44,20%, já para os policiais militares com nível superior os percentuais serão de 9,12% a 57,59% conforme adiante demonstrado.

Posto/Graduação	Vencimento Atual	Sem Nível Superior	Com Nível Superior
1º Tenente	3.459,86		3.775,26
2º Tenente	3.011,09		3.346,61
Aspirante-a-Oficial	2.075,61		2.392,79
Subtenente	2.054,74	2.371,93	2.580,60
1º Sargento	1.586,38	2.164,11	2.351,21
2º Sargento	1.477,48	2.010,50	2.185,83
3º Sargento	1.394,62	1.870,29	2.037,78
Cabo	1.184,72	1.673,20	1.823,04
Soldado de 1ª Classe	1.083,63	1.562,56	1.707,69

Posto/Graduação	Sem Nível Superior	Com Nível Superior
1º Tenente		9,12%
2º Tenente		11,14%
Aspirante a Oficial		15,28%
Subtenente	15,44%	25,59%
1º Sargento	36,42%	48,21%
2º Sargento	36,08%	47,94%
3º Sargento	34,11%	46,12%
Cabo	41,23%	53,88%
Soldado de 1ª Classe	44,20%	57,59%

Considerando os aspectos constitucionais e de legislação complementar, aliados aos custos e impactos que não podem ser suportados pelo tesouro estadual de uma só vez, o anteprojeto de lei contempla um último dispositivo, que impõe às Secretarias de Estado da Administração e Previdência, Planejamento e Fazenda, a verificação do comprometimento da receita corrente líquida, em relação à despesa de pessoal, ao efetivo pagamento das parcelas para que não haja, em nenhuma hipótese, descumprimento do arcabouço constitucional e infra-constitucional que trata da execução orçamentário-financeira.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A gratificação Policial-Militar Especial de que trata o artigo 89, item 03, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 13.809, de 08 de outubro de 2002, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os índices constantes do anexo que integra a presente lei.

§ 1º A implantação dos valores relativos aos índices da gratificação Policial-Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em sete parcelas mensais, não cumulativas, calculadas com base na aplicação direta dos índices constantes do anexo que integra esta lei, mês a mês, respectivamente.

§ 2º A primeira parcela referente à implantação de que trata este artigo será devida no mês de janeiro de 2006.

Art. 2º Fica criada a gratificação técnica, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, a ser paga às Praças da Polícia Militar graduadas em curso de nível superior, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento na carreira militar.

Parágrafo Único. A gratificação técnica de que trata este artigo é devida a partir da data de averbação do diploma de conclusão de curso superior nos registros funcionais do policial militar, após reconhecimento em processo próprio pelo Comandante-Geral da PMPR e homologação do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado, sem operar efeito financeiro retroativo em qualquer hipótese.

Art. 3º Os artigos 13 e 89, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, passam a vigorar, respectivamente, acrescidos dos itens 5 e 4, com as seguintes redações:

Art. 13...

5 - gratificação técnica, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, a ser paga às Praças graduadas em curso de nível superior.

Art. 89...

4 - gratificação técnica.

Art. 4º do artigo 117, da Lei nº 6.417, de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 117. O militar que preencher os requisitos estabelecidos no artigo 157, parágrafo 4º, I, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, e optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, subsistindo até que seja transferido para a inatividade.

Art. 5º A efetiva implantação dos efeitos financeiros decorrentes desta lei depende de avaliação, por parte das Secretarias de Estado da Administração e Previdência, do Planejamento e da Fazenda, dos índices de comprometimento da receita corrente líquida, em relação à despesa de pessoal, em estrita observância ao preceituado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vedados os efeitos financeiros retroativos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º Percentual da Gratificação PM Especial

POSTO/GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DO SOLDADO						
	1º Parcela	2º Parcela	3º Parcela	4º Parcela	5º Parcela	6º Parcela	7º Parcela
CORONEL	797,00%	797,00%	797,00%	797,00%	797,00%	797,00%	797,00%
TENENTE-CORONEL	795,00%	795,00%	795,00%	795,00%	795,00%	795,00%	795,00%
MAJOR	704,00%	704,00%	704,00%	704,00%	704,00%	704,00%	704,00%
CAPITÃO	702,00%	702,00%	702,00%	702,00%	702,00%	702,00%	702,00%
1º TENENTE	438,00%	445,00%	452,00%	459,00%	466,00%	473,00%	480,00%

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º
Percentual da Gratificação PM Especial

2º TENENTE	422,00%	430,00%	438,00%	446,00%	454,00%	462,00%	470,00%
ASPIRANTE A OFICIAL	340,00%	350,00%	360,00%	370,00%	380,00%	390,00%	400,00%
ALUNO 3º ANO	181,10%	181,10%	181,10%	181,10%	181,10%	181,10%	181,10%
ALUNO 2º ANO	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%
ALUNO 1º ANO	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%
SUBTENENTE	340,00%	350,00%	360,00%	370,00%	380,00%	390,00%	400,00%
1º SARGENTO	290,00%	310,00%	330,00%	350,00%	370,00%	390,00%	410,00%
2º SARGENTO	285,00%	305,00%	325,00%	345,00%	365,00%	385,00%	405,00%
3º SARGENTO	280,00%	300,00%	320,00%	340,00%	360,00%	380,00%	400,00%
CABO	277,00%	300,00%	323,00%	346,00%	369,00%	392,00%	415,00%
SOLDADO 1ª CLASSE	257,00%	280,00%	303,00%	326,00%	349,00%	372,00%	395,00%
SOLDADO 2ª CLASSE	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%	163,20%

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco para as emendas nºs 01, 04, 05 e 06 do Projeto de Lei nº 563/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEIVO BERLALDIN

REQUERIMENTO Nº 3551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco para as emendas nºs 02, 05, 06 e 07 do Projeto de Lei nº 562/2005, constantes na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEIVO BERLALDIN

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário e agradecer ao Governador por esse aumento aos policiais civis e militares, mas ao mesmo tempo deixar patenteada a minha indignação para com o desrespeito que o Governo tem com a carreira dos delegados de Polícia. Há onze anos os delegados não recebem um centavo de aumento. É o delegado que cuida da delegacia, que cuida dos feitos jurídicos de uma Delegacia de Polícia, é o gerente da segurança pública. Então, acho que o Governador deveria anunciar menos e tratar com mais respeito os delegados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 3517, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 057/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar, visando alterar os valores de vencimento base a que se refere ao artigo 1º, da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, para as carreiras que especifica, do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Mensagem nº 058/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares distribuídos pelos postos e graduações, bem como alterar a Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR). **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Mensagem nº 059/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa majorar a remuneração policial militar às patentes de soldado de primeira classe a primeiro tenente, considerando que nesses postos concentra-se o maior número de servidores policiais militares efetivos, encarregados de zelar pela segurança da comunidade paranaense. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, fixando prazo de vida útil de veículo para transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as Emendas.

Aprovadas.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, dispensando ou parcelando os créditos de titularidades do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDAS NºS 05 e 07 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 01 02, 03, 04 E 06. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3551, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as emendas nºs 02, 05, 06 e 07. **Aprovado.**

Em votação as Emendas.

Aprovadas.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, dispensando ou parcelando os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDAS NºS 04 e 06 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 01 02, 03, e 05. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3550, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as emendas nºs 01, 04, 05 e 06. **Aprovado.**

Em votação as Emendas.

Aprovadas.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no município de Missal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as Emendas.

Aprovadas.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as Emendas.

Aprovadas.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando o artigo 6º, da Lei nº 8.264, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, concedendo Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Antônio Lacerda Braga, Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubitatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo, no âmbito do Estado do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 639/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, introduzindo dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e a aplicação das quotas de produtivi-

dade devida aos auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando a Lei nº 14.114, de 17 de setembro de 2003, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin, Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3549, de autoria do Deputado Barbosa Neto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero anunciar a presença dos Vereadores do município de Tibagi, da minha amiga Cleusa que visita esta Casa hoje. É muita satisfação recebê-los. Um grande abraço.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar que não pude fazer o devido agradecimento, nem ao Líder do Governo e nem ao próprio Governo, pela sanção do projeto de minha autoria que criou o pólo tecnológico de Foz do Iguaçu, mas farei na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, Deputado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 670/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 252/2004, 542, 642, 657/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissão¹****Finanças**

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ademar Traiano, José Maria Ferreira e Duílio Genari. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Ademar Traiano, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 477/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 035/05, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná em 20.237 (vinte mil duzentos e trinta e sete) policiais militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1.976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Padre Paulo Campos, Nelson Justus, Neivo Beraldin, e Duílio Genari. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que colocou em discussão e votação as atas da 12ª e 13ª reuniões, as quais foram aprovadas por unanimidade. O Senhor Presidente comunica aos demais deputados que

nesta reunião o senhor deputado Neivo Beraldin será o Vice-Presidente da Comissão. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 427/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados no Município de Foz do Iguaçu, receberão em ICMS, tratamento tributário específico. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL lido pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin. 02) Projeto de Lei nº 246/05, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação dos lotes e das benfeitorias que especifica à Prefeitura Municipal de Borrazópolis. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer lido pelo Senhor Deputado Padre Paulo Campos, FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 153/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que estabelece a notificação compulsória da violência contra mulher atendida em serviços de urgência e emergência e cria a Comissão de Monitoramento da Violência Contra Mulher. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer lido pelo Senhor Deputado Padre Paulo Campos, FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 288/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a concessão de isenção do pagamento de taxas estaduais relativas à realização de exame de direção veicular para candidato que tenha sido reprovado no primeiro exame. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer lido pelo Senhor Deputado Nelson Justus, FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 218/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que objetiva alterar o art. 1º da Lei nº 14.588, de 22/12/04, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer lido pelo Senhor Deputado Duílio Genari, FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 385/05, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 482/05, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 dezembro de 2003, que trata do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, por força do exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/04. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer lido pelo Senhor Deputado Nelson Justus, FAVORÁVEL – APROVADO. A seguir assume a presidência da Comissão o Senhor Deputado Neivo Beraldin, para que o Senhor Deputado José Maria Ferreira possa relatar os seus projetos. 07) Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Kielese Crisóstomo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer CONTRÁRIO – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 248/05, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação de área de terras que especifica a Prefeitura Municipal de Imbaú. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 249/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui

1. Publicadas em conformidade com originais enviados pela Secretaria da Comissão.

incentivo fiscal de ICMS e IPVA para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de quarenta anos. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL em anexo. 10) Projeto de Lei nº 391/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1.986. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 274/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que estabelece critérios para a criação do banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná. VOTO EM SEPARADO do Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer CONTRÁRIO – APROVADO, com voto contrário ao parecer do Senhor Deputado PADRE PAULO CAMPOS. 12) Projeto de Lei nº 276/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná. VOTO EM SEPARADO do Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer CONTRÁRIO – APROVADO. A seguir o Senhor Deputado José Maria Ferreira reassume a presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Fer-

reira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Tadeu Veneri, Neivo Beraldin, Ailton Araújo e Duílio Genari. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que colocou em discussão e votação a ata da 14ª reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 442/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 83/98 – Região Metropolitana de Maringá. Relator Deputado CÉSAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA DO DEPUTADO NEREU MOURA. 02) Projeto de Lei nº 572/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que visa estabelecer um incentivo aos professores da rede pública de ensino em eventos culturais, assegurando, para tal, o pagamento de meia-entrada a estes desde que devidamente comprovada a função. Relator Deputado NEIVO BERALDIN. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 562/05, de autoria da Bancada do PMDB, que tem por objetivo dispensar ou parcelar os Créditos de Titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S. A Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 563/05, de autoria da Bancada do PMDB, que tem por objetivo dispensar ou parcelar os Créditos, ajuizados ou não, sob titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná S. A Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|*|

DIÁRIO Nº 126**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	51
Presenças.....	51
Abertura da Sessão	51
Expediente:	
Requerimentos.....	51
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	52
2ª Discussão	52
Requerimentos	52
Encerramento da Sessão	53

007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE NOVEMBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Neivo Beraldin.

Presenças:

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Ara-

újo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, André Vargas, Elza Correia, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi e Mauro Moraes (06). E em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Rafael Greca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 3457-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 670/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 670/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou de subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, com o objetivo de participar de leilão de concessões dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica localizados no Estado do Paraná, denominados Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no Rio Chopim; Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, no Rio Iguaçu; e Usina Hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi.

§ 1º O consórcio de que trata este artigo deverá ser constituído com a participação majoritária da Copel ou de subsidiária integral desta.

§ 2º Se o consórcio, constituído na forma do parágrafo anterior, sagrar-se vencedor do leilão para a realização de algum ou de todos os empreendimentos ali referidos, fica a Copel ou sua subsidiária integral, autorizada a firmar o correspondente contrato de concessão, na qualidade de participante do consórcio.

Art. 2º Após a assinatura do contrato de concessão, fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, a constituir sociedade de propósito específico com a outra empresa integrante do consórcio, da qual deverá participar na qualidade de acionista majoritária.

Art. 3º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, autorizado a alocar os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à realização dos objetivos do consórcio e da sociedade de propósito

específico de cuja constituição tratam os artigos anteriores.

Art. 4º Caso o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, julgue conveniente aos objetivos visados, poderá admitir no consórcio e na sociedade de propósito específico com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, a participação de empresa privada, mediante prévia autorização legislativa, desde que a Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou sua subsidiária integral, continue participando majoritariamente em ambos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Integração da Criança e do Adolescente, com sede e foro no município de Bandeirantes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cleide Borges Reis - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Provopar Municipal - Programa do Voluntariado Paranaense de Porecatu, com sede e foro na cidade de Porecatu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Nova Santa Luzia, com sede no município de Manguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3457-A, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 437, 450,
451, 556 e 557/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 096/2004 e 608/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 499/2003, 648, 669 e 671/2005.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.

